

CUMPRIR OS OBJETIVOS DA REVOLUÇÃO

O dr. Juan Marinello (foto), presidente do Partido Socialista Popular de Cuba concedeu recentemente ao jornal venezuelano "Tribuna Popular", palpitante entrevista sobre os acontecimentos naquele país centro-americano e a posição dos comunistas cubanos frente ao governo revolucionário do dr. Manuel Urrutia. Na 8a. página desta edição o leitor encontrará a íntegra dessa entrevista.



DIA 17: GREVE PELO SALARIO MINIMO A PARTIR DE JANEIRO

(LETO NA DECIMA SEGUNDA PAGINA)

O Informe De Kruschiov

VOZ OPERÁRIA publicará em seu próximo número um suplemento com os principais trechos do informe de Nikita Kruschiov ao XXI Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Trata-se dos capítulos «A política de paz da URSS e os problemas das relações internacionais», «A construção do comunismo na URSS e o movimento operário internacional» e «O Partido Comunista, força dirigente e organizadora do povo soviético na luta pela vitória do comunismo».



APAGAR O ESTOPIM DA GUERRA FRIA — Delegados fraternais de mais de 70 Partidos Comunistas e Operários de todos os Continentes compareceram ao XXI Congresso do PCUS, recentemente realizado em Moscou. Na foto, vemos um grupo de representantes dos comunistas da América Latina. (Na última página, publicamos um resumo do importante discurso pronunciado por Kruschiov no encerramento daquele conclave).

VOZ OPERÁRIA

Rio de Janeiro, 14 de Fevereiro de 1959 ★ N. 506



MAIS ATUANTE — Na 5a. página os leitores encontrarão completa reportagem sobre a recente reunião realizada pela Frente Parlamentar Nacionalista a fim de concertar os planos para sua ação durante o novo período legislativo a iniciar-se em março próximo. Acima vemos os deputados Bento Gonçalves, presidente da Frente, e Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados.

FESTA DO POVO

Foi assim, junto com o povo, entre cidadãos de todas as condições sociais, que o sr. Cid Sampaio fez o percurso da Assembleia Legislativa ao Palácio do Governo e, depois de empossado, do Palácio às escadarias da velha e tradicional Faculdade de Direito, de onde falou ao povo. Em toda a história do "Leão do Norte", nunca um governo subiu cercado de tanto apoio popular (Leia na 9a. página).

PREÇO
00 Exemplo
3

Geografia e população

O Congo Belga estende-se por toda a bacia do rio Congo superior e médio, no sudoeste da África. Limita-se com a África Equatorial Francesa, Sudão, Uganda, Tanganika, Federação da Rodésia e Niassa, Angola. Tem uma pequena porta para o Atlântico, onde fica a cidade e base naval de Banana.

Cidades principais: Leopoldville (sede da administração colonial belga), Kamine, Stanville, Libeng, Bonde.

SUPERFÍCIE — 2 milhões 344 mil 932 quilômetros quadrados. (É 76 vezes maior do que a Metrópole - a Bélgica).

POPULAÇÃO — Segundo dados de 1957, a população do Congo é superior a 13 milhões de habitantes. Habitam o país apenas 108 mil europeus (isto é, menos de 1% da população total).

A EXPLOSÃO POPULAR NO CONGO ABALOU A METRÓPOLE BELGA

- ☆ «Queremos liberdade, queremos independência»
- ☆ Caiu a lend do colonialismo «paternalista»
- ☆ Quebra-se mais um elo da cadeia imperialista na África

O ano de 1959 não começou bem para os colonizadores belgas. Foram eles surpreendidos, à 5 de janeiro, por uma vigorosa demonstração de massas populares em Leopoldville, sede administrativa do Congo Belga, a qual pôs por terra em algumas horas toda a legenda do «colonialismo paternalista», «modelo» de que se orgulham sempre. O Congo Belga, em meio ao vulcão flamante dos povos africanos em luta pela liberdade, parecia um oasis de tranquilidade. É como se realmente os colonizadores belgas tivessem encontrado o segredo da boa convivência entre opressores e oprimidos, entre exploradores e explorados.

175 MORTOS E CENTENAS DE FERIDOS

A demonstração organizada através das ruas da cidade de Leopoldville tinha um caráter absolutamente pacífico. Mas do seio da multidão em desfile prorromperam gritos que feriram os ouvidos dos colonizadores — «Queremos a liberdade!»

«Queremos a independência!»

A polícia atacou com armas os manifestantes. Estes reagiram, resistiram à agressão. Tropas foram chamadas da base militar Kamine. Cabogramas relâmpagos chegaram à Bélgica em alguns minutos. E partiram aviões

conduzindo tropas de reforço para a longínqua África, para o Congo Belga.

O resultado foi funesto. Nas ruas de Leopoldville ficaram 175 cadáveres e cerca de 500 feridos. As prisões se encheram.

AS LUTAS FERMENTAVAM

Mas os colonizadores belgas não foram inteiramente surpreendidos. Eles sabiam que nenhum povo se conforma com as condições de escravidão colonial e, mais hoje, mais amanhã, rompe os grilhões e conquista a liberdade.

Os colonizadores belgas apenas ocultavam a realidade sobre sua colônia. Queriam dar a impressão ao mundo de que os habitantes do Congo, «os nativos», es-

tavam perfeitamente conformados e felizes.

A realidade era bem diversa. Já em 1948 fora fundada a organização «Abaco» (abreviatura de Association du Bas-Congo), cujo objetivo era precisamente lutar contra a ocupação estrangeira, conquistar a independência nacional. Essa associação passou a desfrutar grande influência entre os habitantes das cidades como do campo. Limitando inicialmente sua atividade a fins culturais, os dirigentes da Abaco perceberam mais tarde que não poderiam cogitar ao menos de elevar o nível cultural do povo sem proporcionar-lhe a autodeterminação, sem livrá-lo da feroz exploração colonial a que o submetiam algumas centenas de grandes empresas estrangeiras, sobretudo belgas e americanas.

A independência passou assim a ser o grande sonho na luta dos congolezes, seu principal objetivo.

Em 1956 «Abaco» publicou um manifesto reivindicando o reconhecimento pela Bélgica do direito dos nacionais à independência e às liberdades democráticas.

Organizações locais, filiações à Abaco surgiram desde então em diversas regiões da colônia. A consciência da necessidade de independência nacional e administração democrática se propagou. Exigia-se ao mesmo tempo a formação de um parlamento no qual estivessem representadas as diversas camadas do povo congolês. Reclamava-se o direito de voto.

Mas os anos foram passando e os colonizadores belgas protejavam qualquer concessão, por menor que fosse.

Até que ocorreu a explosão de 5 de janeiro...

CONVOCADA A CÂMARA BELGA

A Câmara de Deputados da Bélgica foi imediatamente convocada em sessão extraordinária para debater os acontecimentos do Congo. Os socialistas pediram o envio de uma comissão de inquérito e os comunistas reclamaram uma declaração do governo definindo as responsabilidades pelo fuzilamento de dezenas de pessoas nas ruas de Leopoldville.

Nessa cidade a situação era dada como «calma». Entretanto, aviões passaram a patrulhar estradas e outras localidades.

As declarações oficiais do governo belga deixam entender que será buscada uma fórmula de entendimento en-

Riquezas naturais do Congo

Cerca de 500 companhias belgas exploram as riquezas naturais do Congo. São imensos os seus recursos em minérios: cobre, cobalto, urânio (onde os norte-americanos têm concessões importantes), manganês, diamantes, etc.

Estas empresas têm investido no Congo um capital aproximado de 50 bilhões e 345 milhões de francos-belgas.

Os lucros por elas obtidos em 1957 totalizaram 10 bilhões e 583 milhões de francos-belgas.

A norma de lucro foi, assim, de aproximadamente 20% sobre o capital, duas vezes mais do que na própria Bélgica.

As terras de cultura no Congo estão sob o regime de verdadeiros feudos. As melhores terras se encontram nas mãos de companhias ou particulares belgas.

tre a Metrópole e a Colônia, para que a «convivência» se prolongue. Deixa-se entrever inclusive a possibilidade de reconhecimento da autodeterminação do Congo, salvaguardando interesses financeiros da Bélgica.

OS POVOS AFRICANOS

A demonstração de Leopoldville e a gangrena repressiva exercida pelos colonizadores repercutiram profundamente em todo o mundo. Causaram alarma entre os banqueiros e financistas europeus e americanos que têm interesses na exploração das riquezas do Congo. Causaram regosijo entre os povos amantes da liberdade, entre os que a conquistaram, como entre os que lutam para conquistá-la.

Todos, indistintamente, percebem que os acontecimentos de Leopoldville são mais um elo na grande cadeia de lutas libertárias que deflagram no Continente africano depois da segunda guerra mundial. É parte da mesma luta heróica que conduziram vitoriosamente os povos que amassaram com seu sangue a independência de 9 Estados africanos: a República Árabe Unida, Sudão, Etiópia, Líbia, Tunísia, Marrocos, Gana, Guiné e Libéria. É inseparável da guerra de libertação nacional da Argélia contra os colonizadores franceses.

O povo do Congo impõe sua existência como nação que quer ser soberana, livre e independente. Todos os povos do mundo solidarizam-se com sua luta justa, que prenuncia o fim do domínio colonial em mais uma nação do continente africano.

Mikoián no XXI Congresso:

O POVO NORTE AMERICANO FARTO DE «GUERRA FRIA»

- ☆ URSS E EE.UU. PODEM MARCHAR LADO A LADO
- ☆ POSSÍVEL EXCLUIR A GUERRA DA VIDA DA HUMANIDADE
- ☆ INFLUÊNCIA NO MUNDO DA CONSTRUÇÃO COMUNISTA NA URSS

Nos debates em torno do informe de Kruschiov no XXI Congresso do PCUS, Anastás Mikoián pronunciou um discurso que atraiu as atenções gerais. O vice-primeiro ministro soviético tratou particularmente de sua recente viagem aos Estados Unidos. Mas, antes abordou outros aspectos do informe de Kruschiov. Destacamos aqui alguns trechos do discurso de Mikoián.

SOBRE O ESTADO SOCIALISTA

O informe — disse Mikoián — salienta as importantes modificações da vida da União Soviética, o desenvolvimento da democracia soviética, que devem acompanhar a criação da base material do comunismo. Uma grande significação de princípio tem o fato de que, na medida em que o país marcha para o comunismo, cresce e continuará crescendo cada vez mais a participação das massas populares na direção dos assuntos do Estado, crescerá igualmente o papel das organizações sociais, que assumem algumas funções dos órgãos estatais. A democracia soviética deu grandes passos à frente, e quanto mais avançar mais profundo será este desenvolvimento, mais se reforça e aperfeiçoa o regime social do país socialista. Cada passo do nosso desenvolvimento em direção ao comunismo conduz ao aumento do papel do convencimento, da influência social, da educação comunista, da disciplina consciente dos próprios membros da sociedade socialista e à diminuição dos meios coercitivos. Atualmente, entre nós, não há lugar para repressões contra cidadãos por motivos políticos. Tudo isto mina a base da propaganda burguesa, que envenena a consciência dos operários dos países capitalistas, afirmando que o Poder soviético não contaria com apoio popular, que a ditadura do proletariado seria apenas violência e que o Poder se sustentaria na violência e nas batonetas.

Por todo o desenvolvimento do novo regime social, já agora está demonstrado que o mais importante na ditadura do proletariado é sua função organizadora, a mobiliza-

ção das forças de todo o povo para a construção do socialismo e do comunismo e que a violência é necessária unicamente em determinados estádios do desenvolvimento.

REFLEXO EXTERIOR DA CONSTRUÇÃO COMUNISTA

A seguir, Mikoián acrescentou:

«Já Marx tinha feito uma profunda observação de que, sob a bandeira do comunismo, a medida da riqueza não será mais o tempo de trabalho, e sim o tempo de descanso. Neste sentido, que grande passo damos para a frente! A redução da jornada de trabalho, permitindo aumentar o tempo destinado ao descanso, ao estudo, às ocupações culturais e esportivas, atribuindo à sociedade socialista as principais preocupações pela manutenção e educação da infância, nas creches, jardins de infância, internatos, os cuidados pelos anciãos, o aumento das pensões, o aumento direto dos salários e a eliminação dos impostos sobre a renda — tudo isto merece e obtém nosso povo, que tanto sofreu e suportou em consequência da guerra civil e da guerra patriótica e que, com suas próprias mãos, vencendo dificuldades e privações, construiu o socialismo, plenamente vitorioso em nosso país, definitiva e irrevogavelmente!»

Ainda não podemos avaliar inteiramente os enormes êxitos na produção, êxitos de importância internacional, que serão alcançados pelo povo soviético graças à execução do plano septenal e das medidas de caráter social que serão realizadas neste período. Tudo isto aumenta a for-

ça da atração do país soviético, que constrói o comunismo. A melhoria da situação material, de todas as condições de vida de nosso povo, influencia indiretamente o melhoramento da situação dos trabalhadores dos países capitalistas, pois os inspira a novas vitórias na luta contra os exploradores, facilita esta luta, obrigando os capitalistas a fazer concessões à classe operária, ao campesinato, e desta ou daquela forma aliviarem sua situação».

SOBRE A GUERRA E A PAZ

Outra passagem do discurso de Mikoián que despertou a atenção dos delegados foi a referente ao problema da guerra e da paz em nosso tempo. O dirigente soviético disse:

«Quereria chamar a atenção dos delegados ao Congresso para o ulterior desenvolvimento da importante tese do Vigésimo Congresso de que, agora, a guerra não é uma fatalidade inevitável.»

No período entre os Congressos, a correlação de forças mudou tanto em favor do campo da paz e do socialismo quanto cresceu a potência geral dos países socialistas, quantas gloriosas vitórias alcançou a causa da paz, de tal forma que essa tese não só foi plenamente confirmada na prática, como foi admitida por todas as forças que lutam contra uma nova guerra. Além disso, a nova correlação de forças e as perspectivas de desenvolvimento permitiram afirmar no XXI Congresso que «ainda antes da vitória do socialismo no mundo, mantendo-se o capitalismo numa parte do globo, surge a possibilidade real de excluir a guerra mundial da vida da sociedade». Trata-se de uma inapreciável contribuição do socialismo à história da humanidade, ao realizar os mais sagrados anseios e esperanças de todos os povos!»

RELAÇÕES URSS x EE. UU.

A parte seguinte do discurso de Mikoián foi dedicado à sua recente visita aos Esta-

dos Unidos da América.

«Embora esperássemos — disse — que os americanos nos recebessem bem, devemos reconhecer que não aguardávamos tão amistosa recepção e tão grande interesse por nossas palestras da parte dos círculos sociais e dos mais altos dirigentes da indústria e das finanças. Causaram-nos satisfação sua atitude para conosco e seu desejo de compreender a posição da União Soviética. Sentia-se um anseio de paz, experimentado pelo povo americano, pela maioria dos homens de negócio, e era visível que estão fartos de «guerra fria» e desejariam uma verdadeira paz na terra e as relações entre a URSS e os Estados Unidos sejam boas, pacíficas.»

Os americanos compreendem que coisa terrível é uma guerra mundial nas atuais condições, existindo tipos de armas tão mortíferos como armas atômicas e os foguetes. Nos meios de negócios já percebem que se antes era possível fazer negócio com a guerra, nas atuais condições as chamadas da guerra podem devorar os próprios homens de negócio americanos, os próprios seres humanos.»

TROCA DE OPINIÕES

Mikoián passou em seguida a falar dos seus encontros com estadistas e outras personalidades dos Estados Unidos, e disse:

«Nas palestras com o presidente dos Estados Unidos e outros representantes oficiais americanos, sublinhou-se que as tarefas dos estadistas da URSS e dos Estados Unidos consistem em tentar encontrar um caminho através do qual pudessemos marchar juntamente e que conduziria a um melhoramento das relações entre nós. A este respeito, foi dito que isto coincide inteiramente com o ponto de vista do governo soviético.»

Os líderes de Estado norte-americanos afirmaram que o governo dos EE. UU. deseja atuar de maneira conciliadora, esperando que os Estados Unidos e a URSS possam vir (CONCLUIE NA 1ª PÁGINA)

SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES CONGOLESES

Reuniu-se em Bruxelas, a 17 e 18 do mês findo, um pleno do Comitê Central do Partido Comunista da Bélgica, durante o qual foi votada uma moção de solidariedade dos comunistas belgas ao povo do Congo Belga, que luta por sua independência. Assinala-se na resolução que a responsabilidade pelos sangrentos incidentes ali verificados cabe inteiramente aos colonialistas belgas, cuja política contradiz os interesses dos trabalhadores do Congo Belga. O Pleno também condenou a política do governo a respeito daquela colônia africana, contida na declaração do dia 13.

O Comitê Central do PC da Bélgica dirigiu-se, por fim, a todos os democratas belgas para que lutem pela imediata cessação das repressões no Congo, pela libertação dos líderes congolezes presos e para que sejam asseguradas aos trabalhadores congolezes, de acordo com o Estatuto da ONU, liberdades sindicais, liberdade de imprensa e de unir-se numa organização nacional.

MR. BRIGGS MOSTRA AS GARRAS

MAL começa a tomar vulto a campanha nacional contra o grupo entreguista infiltrado no governo, mal se inicia a mobilização nacionalista pela demissão do agente imperialista Roberto Campos e pela denúncia do conluio de Roboré, e já os trustes petrolíferos conseguem cobertura ostensiva e impudente do próprio Departamento de Estado, através do discurso insolente e provocador proferido em São Paulo pelo embaixador norte-americano Ellis Briggs.

FALANDO aos «managers» ianques da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, como que para assegurar-lhes a proteção do governo dos Estados Unidos em face da maré montante do sentimento nacionalista que se eleva no Brasil, o proposita de Wall Street abandona, a certa altura, o tom hipócrita de missionário e recorre a expressões de gauleiter nazista em terra ocupada. Ao nacionalismo brasileiro atribui «caráter extremado e virulento que ofusca a razão». Escarnece dos nacionalistas como adeptos de «xenofobia que cega os indivíduos» e emprega os gastos chavões anticomunistas para tentar assustar os patriotas de todas as lendências que lutam, ombro a ombro com os comunistas, contra o domínio de nossa pátria pelos trustes.

SERÁ por simples coincidência que os ataques do embaixador Briggs ao nacionalismo brasileiro ocorrem logo depois da vigorosa ação do movimento nacionalista contra a trama entreguista do BNDE e as manobras anti-Petrobrás que se ocultam por trás do acordo de Roboré? Note-se a argumentação defensiva de uma parte do discurso, em que o porta-voz do Departamento de Estado procura defender o imperialismo norte-americano das acusações que lhe são feitas pelos nacionalistas brasileiros, tentando dissipar o que chama de «imagens astigmáticas e irreconhecíveis dos Estados Unidos».

O que a arenga de Mr. Briggs deixa claro é a preocupação dos seus patrões de Wall Street com a ação do movimento nacionalista no Brasil, com a resistência crescente de nosso povo ao grupo antinacional que maneja os cordéis da política econômica e financeira do governo Kubitschek. A queda de Roberto Campos e sua quadrilha representaria um golpe no dispositivo entreguista instalado no governo. Importante vitória nacionalista significaria a denúncia do tratado de Roboré, com a reafirmação intransigente do monopólio estatal do petróleo. É, pois, para amparar os interesses ameaçados dos trustes petrolíferos que o State Department não vacila em intervir

mais uma vez, de forma aberta e descarada, nos assuntos internos do Brasil. Ataca o nacionalismo porque este se impõe como poderosa corrente do pensamento político no Exército, no Parlamento, no seio do próprio governo e, sobretudo, entre as massas trabalhadoras e populares.

O verdadeiro objetivo de Mr. Briggs é fazer pressão sobre o governo de Kubitschek, governo vacilante e heterogêneo, a fim de contrabalançar a influência das forças nacionalistas. Por isso, o diplomata americano extravasa os ataques contra os nacionalistas e polemiza com o próprio governo brasileiro, procurando refutar algumas das teses oficiais que serviram de fundamento à OPA. Não é verdade — brada Mr. Briggs — que os Estados Unidos não consideram importante a América Latina. Mas quem afirmou isto foi o presidente Kubitschek, para justificar uma «revisão» nas relações entre os Estados Unidos e os países latino-americanos... Não é verdade — acentua Mr. Briggs — que os recursos norte-americanos são essencialmente ilimitados. E com isto lança uma pá de cal nas pretensões do governo brasileiro de obter vultosos empréstimos de fontes oficiais norte-americanas.

JOGANDO seus trunfos com a rudeza característica dos homens de negócios ianques, o Departamento de Estado aponta sem rodeios a JK o caminho a seguir: o caminho de Frondizi, do judas Frondizi, que regressa dos EE. UU. com a consciência suja e o saco dos trinta dinheiros. Briggs diz claramente: «E com a compreensão cada vez maior, expressada muito recentemente pelo presidente Frondizi, da Argentina, de que cada nação deve se esforçar primeiro para ajudar-se a si mesma se a colaboração inter-americana no campo do desenvolvimento nacional quiser tornar-se eficiente, as perspectivas de sucesso da Operação Pan-Americana parecem brilhantes».

«AJUDAR-SE a si mesma» significa, para cada nação latino-americana, entregar o petróleo aos trustes, adotar os planos de estabilização financeira do Fundo Monetário Internacional, obrigar os trabalhadores a «aperiar o cinto» e aceitar o congelamento dos salários, aplicar a política de contenção do desenvolvimento econômico, realizar reformas cambiais anti-industrialistas. É a doutrina que Lucas Loper e Roberto Campos procuram impor no Brasil. O que Briggs quer dizer, portanto, é que o destino da OPA depende de novas capitulações no estilo frondizista. Não pode haver forma de pressão mais clara para «encostar o Brasil a parede».

SOLIDARIEDADE AO POVO ARGENTINO

Mensagem de Prestes ao PC da Argentina

Em nome dos comunistas brasileiros, e expressando a solidariedade do nosso povo aos patriotas argentinos em face de sua luta contra a política entreguista de Frondizi, Luis Carlos Prestes enviou a seguinte saudação ao Comitê Central do Partido Comunista da Argentina:

«Ao Comitê Central do Partido Comunista da Argentina.

Queridos camaradas:

Acompanhamos com vivo e fraternal interesse a luta que sustentais, neste momento, à frente da classe operária e do povo argentino em defesa dos direitos democráticos e dos interesses nacionais ameaçados pelos planos liberticidas do imperialismo ianque e de seus sequazes no país.

Saudamos por vosso intermédio aos denodados operários do Frigorífico Nacional, aos bravos trabalhadores que participaram da grandiosa greve geral de protesto e soberberam unidos empunhar com firmeza a bandeira da independência nacional, da paz, dos direitos civis e do bem-estar do povo.

No momento em que os povos da América Latina limpam do Continente a ignomínia das ditaduras terroristas serviais dos monopólios norte-americanos, estamos certos de que o povo argentino com a solidariedade dos povos irmãos de Latino-América saberá derrotar a política entreguista de Frondizi, não permitindo que surja na Argentina um novo ponto de apoio para a política de escravização de nossos povos.

Em nome dos comunistas brasileiros expressamos aos bravos e queridos camaradas do Partido Comunista da Argentina e, por seu intermédio, à classe operária e ao povo argentino nossos sentimentos de profunda e cálidia solidariedade.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1959.

Luis Carlos Prestes

Leia e
DIVULGUE
VOZ
OPERÁRIA

DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS PP. CC. DA AMÉRICA LATINA

Fundamental o processo de democratização — Importância da solidariedade internacional a latino-americana — Crescimento da consciência pacifista nos países da América Latina — Ofensiva do capital monopolista norte-americano — Estimulados os povos pelo avanço do socialismo

Por ocasião do XI Congresso Nacional do Partido Comunista do Chile, representantes de alguns Partidos Comunistas da América Latina se reuniram e divulgaram a seguinte declaração conjunta:

«Os representantes dos Partidos Comunistas da Argentina, Bolívia, Cuba, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, que se encontraram em Santiago por motivo da celebração do XI Congresso Nacional do Partido Comunista do Chile, expressam, na base de suas próprias experiências nacionais e levando em conta os interesses comuns dos povos latino-americanos e suas lutas coincidentes, sua satisfação pelo fato de que em vários países da América Latina, graças à ação da classe operária e das mais diversas forças progressistas, foi reconquistada ou está sendo reconquistada a legalidade democrática.

Assinalam que este processo de democratização é hoje fundamental para a luta pela libertação nacional, pelo progresso social e pela paz mundial. Por isso mesmo, os imperialistas e seus agentes procuram contê-lo; sustentam por todos os meios os regimes terroristas que ainda subsistem; dificultam a ação dos governos constitucionais; mantêm e fomentam a instabilidade institucional em vários países; tramam golpes de Estado, pretendem reeditar as intervenções criminosas como fizeram na Guatemala, e estimulam novas medidas repressivas contra a classe operária e os patriotas mais consequentes.

Em tais condições, a solidariedade internacional e latino-americana adquire uma importância decisiva. Torna-se, pois, mais necessária do que nunca a mobilização das forças democráticas e progressistas de cada país contra aqueles planos e em apoio das lutas latino-americanas pela democracia, a independência nacional e a paz. Essa solidariedade se faz mais imperiosa neste momento no caso de Cuba e no que diz respeito à liberdade de Albizu Campos, dos dirigentes paraguaios Maidana e Alcorta, dos presos políticos e sindicais argentinos e de todos os demais lutadores vítimas da repressão nos diversos países da América.

Quaisquer que sejam os altos e baixos dessa luta, o processo de democratização e de libertação nacional continuará seu avanço irreversível porque corresponde aos interesses mais vitais e aos sentimentos mais profundos dos povos latino-americanos.

Os representantes dos Partidos Comunistas saúdam calorosamente o crescimento da consciência pacifista em nossos países e o desenvolvimento das relações diplomáticas, culturais e comerciais com as nações socialistas, as quais constituem uma ajuda efetiva e indispensável para o fortalecimento da independência nacional, do progresso e do bem-estar de nossos povos.

Consientes de que a manutenção da paz está estreitamente vinculada à causa da independência de nossos países, reafirmam a repúdio de seus povos a toda concessão de bases militares, à assinatura de pactos regionais e à entrega de riquezas nacionais. Reiteram além disso a decisão de seus povos de reconquistar a integridade de seus territórios cercados por essas medidas antinacionais. Apoiam o total restabelecimento das relações com as nações socialistas ao mesmo tempo que um maior intercâmbio entre os países latino-americanos. Reclamam a proscrição das armas atômicas, a suspensão definitiva das experiências nucleares e um acordo geral sobre o desarmamento. Condenam as provocações guerreiras no Médio e Extremo Oriente; expressam a solidariedade ativa dos povos da América à luta libertadora da Argélia e demais nações que combatem pela sua independência e alertam os trabalhadores, a juventude e todos os demais patriotas latino-americanos contra as provocações e o chovinismo, fomentados pelo imperialismo, para produzir conflitos entre os países da América Latina.

Os representantes comunistas que subscrevem este documento denunciam a acentuada ofensiva do capital monopolista norte-americano destinada a obter novas concessões de petróleo e outras fontes de matérias primas no âmbito latino-americano. Destacam e saúdam as ações de massa que em defesa dessas riquezas e da soberania nacional levam a cabo os trabalhadores e povos da América Latina, especialmente na Argentina, Bolívia, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela, e fazem um fervoroso apelo à unidade e à luta da classe operária e de todos os patriotas para derrotar os imperialistas e frustrar a entrega dessas riquezas.

Denunciam também a ofensiva reacionária contra o ensino oficial e as culturas nacionais, e apoiam a ação dos estudantes, do magistério e da intelectualidade democrática que se mobilizam junto a seus povos para impedir a degradação da alma nacional e defender a tradição cultural progressista.

Em seu laborioso empenho pela realização desses altos objetivos, os povos da América Latina se sentem estimulados pelos novos avanços do socialismo, das forças da paz e da independência das nações e expressam sua alegria pelos audazes objetivos que se propõem alcançar a União Soviética, a República Popular da China e os demais países de democracia popular na histórica tarefa de superar o capitalismo em todos os terrenos e assegurar a paz.

Os representantes dos Partidos Comunistas.

Santiago, novembro de 1958.

TORPEDO CONTRA A PETROBRÁS

POR QUE DEVE SER DENUNCIADO O CORPO ANTINACIONAL DE ROBORÉ

Já nesta altura dos debates travados dentro e fora do Congresso Nacional sobre a questão do petróleo da Bolívia, tornam-se claras para as forças nacionalistas e a opinião pública geral as exigências do interesse nacional: denúncia imediata do Tratado, ou Capitulação de Roboré, e defesa intransigente da Petrobrás como única solução para o problema petrolífero brasileiro.

Processa-se neste momento uma verdadeira mobilização de todos os setores nacionalistas da população tendo em

vista enfrentar a nova batalha em defesa do monopólio estatal do petróleo e para desbaratar os grupos entreguistas, que fazem do cumprimento dos compromissos assumidos em Corumbá e Roboré, à revelia do povo, o traço de torpedos contra a Petrobrás.

PORQUE DENUNCIAR O TRATADO DE ROBORÉ?

1 — Porque é lesivo aos interesses nacionais. Tanto é lesivo aos interesses nacionais que os entre-

guistas enfiados no Itamarati tiveram que recorrer ao ardiloso sofisma de Notas Reversas, complementação do Tratado de La Paz (1938), para sonegar o seu texto ao conhecimento do povo e da Nação e à ratificação pelo Congresso Nacional imposta pela Constituição.

2 — Porque o seu cumprimento colocaria o Brasil num dilema totalmente entreguista: explorar as concessões brasileiras da chamada «área B» através de grupos nacionais empalmados pelos trustes norte-ame-

nos, por via das «fórmulas» de financiamento em dólares descobertas pela equipe ianque do BNDE, chefiada pelo entreguista-mór Roberto de Oliveira Campos, ou estagnar a Petrobrás, levando à desmoralização e à falência o monopólio estatal, arrancando dela as disponibilidades cambiais de que carecem os grupos privados candidatos a aventura;

3 — Porque criaria atritos entre o Brasil e a Bolívia. Em futuro não muito remoto, tendo em vista a onda

nacionalista que se eleva em toda a América Latina contra o imperialismo norte-americano, a execução do Acordo de Roboré colocaria o Brasil frente ao povo boliviano na mesma posição em que se colocam os trustes e monopólios colonizadores ianques frente ao nosso povo, com possibilidades de virem a se criar para o nosso país incidentes de consequências imprevisíveis com os países irmãos das fronteiras petrolíferas.

TUDO PELA DENÚNCIA DO TRATADO DE CAPITULAÇÃO

Existem, porém, numerosos outros motivos em que se apoiam os nacionalistas ao exigirem o abandono dos compromissos assumidos em Roboré e a concentração de todos os esforços e da atenção preponderante do governo para a Petrobrás, a sua defesa e o seu fortalecimento, para o cumprimento fiel e integral da política petrolífera (CONCLUIE NA 1ª PAGINA)

CONTRIBUI A INDUSTRIA POLONESA PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Aumento considerável no volume das transações comerciais entre os dois países — Máquinas-ferramenta, conjuntos têxteis, automóveis, navios, arados e produtos químicos — Enormes possibilidades

São tradicionais as relações comerciais da Polónia com os países latino-americanos. Durante os vinte anos compreendidos entre a primeira e a segunda guerras mundiais, a Polónia comerciou com quase todos os países da América Latina, apesar de só existirem acordos comerciais com alguns deles.

Terminada a II Guerra Mundial, a Polónia reiniciou seus contactos com muitos de seus antigos fregueses, chegando a normalizar relações, reguladas pelos tratados correspondentes, com a Argentina, o Brasil e o Uruguai. Com os demais países do Continente, o comércio é feito à base do intercâmbio com divisas livres.

Nas relações comerciais da Polónia com os países da América Latina, destacam-se o Brasil e a Argentina.

Os números relativos às trocas comerciais da Polónia com esses dois países mostram que, abstração feita dos períodos transitórios de estancamento, o intercâmbio comercial apresenta uma clara tendência ao crescimento. Não será demais salientar que os momentos de brusco descenso das transações coincidiram sempre com os períodos em que não existiam acordos comerciais. A procura das matérias primas que a Polónia compra no Brasil e na Argentina, aumenta sem cessar. Entretanto, o volume dessas compras está limitado, principalmente, pelas possibilidades de pagamento da Polónia, isto

é, pelo volume da receita proveniente da exportação de mercadorias polonesas.

INTERCÂMBIO COM O BRASIL

Atualmente, as relações comerciais entre o Brasil e a Polónia se baseiam no acordo comercial e de pagamentos assinado em 1954. Desde então, tem aumentado consideravelmente o volume de mercadorias polonesas exportadas para o Brasil. Devido, no entanto, ao grande surto da construção civil na Polónia, a sua exportação de cimento para o nosso país, tem diminuído; em troca, aumentou a exportação de produtos químicos e farmacêuticos, de metais não ferrosos, produtos siderúrgicos de diversos tipos, como trilhos, maquinaria e ferramentas e, especialmente, navios.

IMPORTÂNCIA PARA NOSTRA INDUSTRIALIZAÇÃO

A estrutura das exportações polonesas para o Brasil mostra-nos a importante participação da indústria daquele país socialista na indus-

trialização de nossa pátria. A este respeito, convém salientar que a Polónia dispõe de imensas possibilidades para satisfazer as necessidades do mercado brasileiro em escala muito mais vasta do que vem acontecendo até agora.

As máquinas-ferramenta polonesas trabalham em muitas fábricas brasileiras. Conjuntos de máquinas têxteis da Polónia tecem tecido de algodão em nosso país. Pelas cidades e estradas circula o automóvel de passeio «Warszawa». Faz dois anos que a Polónia assinou contratos com o Brasil para o fornecimento de trilhos. No ano passado, foi firmado outro contrato para o fornecimento de 110.000 toneladas de trilhos e acessórios, até 1960.

Em 1956, a Polónia começou a exportar navios para o Brasil. A primeira unidade vendida foi um barco pequeno de 900 toneladas; mais tarde recebemos navios de 5.000 toneladas. No mês de maio do ano findo, foi firmado outro contrato com aquele país, para o fornecimento de 16 navios, sendo 10 de 5 mil toneladas, 4 de 6 mil, e dois barcos de cabotagem de 660 toneladas. Mais da metade do valor desses navios será coberta com o fornecimento de café brasileiro. Para o Brasil, essa transação é altamente vantajosa, pois coincide com a

crise que atravessa a nossa economia cafeeira.

Nossa importação de máquinas agrícolas da Polónia é digna de registro especial. Nos campos brasileiros trabalham não só arados e grades de produção polonesa, como também segadoras-trilhadoras modernas. A Polónia está hoje em condições de fornecer equipamentos agrícolas completos, adaptados às condições concretas do Brasil.

A indústria química polonesa se converteu também em tradicional fornecedora de nosso mercado. A Polónia nos fornece soda cáustica, elétrodos e grafite e corantes, além de muitos outros produtos químicos e farmacêuticos. O malte é o produto alimentício de maior exportação da Polónia para o Brasil. Há muitos anos ele é consumido pelas fábricas de cervejas brasileiras.

A Polónia está em condições de nos fornecer, em condições mutuamente vantajosas, instalações e estabelecimentos industriais completos. As instalações e estabelecimentos completos poloneses, tais como equipamentos para minas, usinas siderúrgicas, usinas de açúcar e outras, têm demonstrado sua alta qualidade em diferentes países da Europa, Ásia e África. Não está longe o dia em que os engenheiros e técnicos poloneses tenham oportunidade de trabalhar em nosso país. (CONCLUI NA 11ª PÁGINA)

NOTAS sobre LIVROS

* ASTROJILDO PEREIRA *

Alguns livros de viagem exigem menção especial, entre aqueles que apareceram em 1958. Em primeiro lugar, o de Maria Martins — Ásia Menor (O Continente China), grande êxito de livraria, do qual tive ocasião de falar nestas notas. Dos volumes de Jurema Finamour — Coréia sem Paz, Abram Jagle — A China não Kremlin já me ocupei igualmente em notas anteriores. Tem Pressa e Flavio Costa — Além das Torres do

Estados Unidos prós e contras e Panoramas da América Latina intitulam-se os livros em que o professor A. da Silva Mello reuniu as observações colhidas durante longa viagem aos países do Norte e do Sul do Hemisfério. O dr. A. da Silva Mello, clínico eminente, escritor de classe, psicólogo, antropólogo, sociólogo, é um professor nato, e cada livro seu é sempre um manual de ensinamentos e observações, que aproveitam aos mais variados leitores. Seu saber, que é imenso, é fruto não só do manuseio dos livros mas também de larga experiência vivida. Antes dos dois volumes mencionados já o dr. A. da Silva Mello havia publicado, em setembro último, os Estudos sobre o Negro, em boa parte inspirados pela viagem que o autor fizera aos Estados Unidos: trata-se de livro de primeira ordem, que vem de fato enriquecer a bibliografia brasileira sobre a matéria.

Muitos autores apareceram durante o ano findo firmando livros consagrados à análise e ao debate de problemas políticos e sociais os mais diversos. Eis alguns dos mais importantes: J. Fernando Carneiro — Conversa Amarga, artigos de jornal, mas artigos de uma enxada da melhor categoria; Mauro Mota — Paisagem das Secas, excelente contribuição ao estudo do tremendo e secular problema do Nordeste; Ten. Cel. Geraldo de Menezes Cortes — Migração e Colonização no Brasil; Cleto Seabra Veloso — Introdução a Um Brasil Sério (Um Olhar para a Mocidade), interessantíssimo, vivo, desabusado na maneira de julgar homens e fatos; Valfrido Piloto — Contra o Entreguismo Histórico (A propósito do Brasil — Colônia e da «Nação Luso-Brasileira»), vigorosa polémica histórica em contradição à tese do prof. Tito Livio Ferreira, segundo o qual o Brasil não foi colônia de Portugal; Edson de Carvalho — O Drama da Descoberta do Petróleo Brasileiro, magnífico histórico das lutas do povo brasileiro para descobrir e libertar o nosso petróleo das garras dos trustes norte-americanos; Raymundo Faoro — Os Donos do Poder, Formação do Patronato Político Brasileiro, obra de um jovem sociólogo e historiador, trabalho substancial de pesquisa e interpretação; Alberto Pasqualini — Bases e Sugestões para uma Política Social, 1º vol. das Obras Completas do senador trabalhista, que busca traçar uma linha teórica para a atividade política e social de seu partido; Joaquim F. de Almeida — Mundo, Brasil e seus Fatores que «abrange assuntos sob vários aspectos», e do qual voltarei possivelmente a ocupar-me; General A. de Lira Tavares — Segurança Nacional, Antagonismos e Vulnerabilidades, em cujas páginas, a par de matéria de ordem técnica, há muita coisa relacionada com as condições econômicas, sociais e políticas do País, interessando de tal sorte a um mais vasto círculo de leitores; Gondin da Fonseca — Senhor Deus dos Desempregados!, coletânea de artigos nacionalistas do terrível e nem sempre justo panfletário: erradíssima, por exemplo, sua crítica à posição de Prestes em relação à Petrobrás.

O livro de Nelson Werneck Sodré — Introdução à Revolução Brasileira conta-se entre os mais importantes do ano, e dele já me ocupei noutra parte, dando-lhe o merecido relevo.

Volumes de memórias, gênero que tende a multiplicar-se, saíram vários em 1958 — de Gilberto Amado, José Maria Belo, João Neves da Fontoura, Azevedo Lima, Altino Arantes, Paulo Nogueira Filho. De alguns deles, se houver oportunidade, voltarei a falar mais de vagar.

No gênero história, um dos mais importantes do ano foi sem dúvida o livro de Caio de Freitas — George Canning e o Brasil (Influência da Diplomacia Inglesa na Formação Brasileira), dois volumes, estudo exaustivo, muito documentado, sobre um período decisivo da nossa formação independente. Não falando nas reedições, devo ainda anotar: Leôncio Basbaum — História Sincera da República, 2º volume; Francisco de Assis Barbosa — Dom João VI e a Siderurgia, que muito interessa à nossa história econômica; Ubaldo Soares — A Escravidão na Misericórdia, boa pesquisa nos arquivos da Santa Casa.

De folclore há a apontar, entre algum outro, o de Luis da Câmara Cascudo — Superstições e Costumes, com o qual estreou na indústria livreira a nova editora — Antunes & Cia. Ltda.

Registremos, por fim, a História do Carnaval Carioca, de Eneida: com êle e com o carnaval propriamente dito podemos encerrar a resenha literária de 1958.

CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS NO CANADÁ

Um Centro de Estudos Marxistas para promover o estudo político organizado e realizar pesquisas de história, economia, cultura e em outros campos, foi fundado em Toronto pelo Comitê Executivo Nacional do Partido Progressista do Trabalho.

O objetivo do centro será o estímulo ao estudo em vários setores, o que fará avançar o conhecimento do Canadá à luz do marxismo-leninismo. Estes estudos serão utilizados tanto para publicação como para a educa-

ção partidária. Localizado em Toronto, o Centro, porém, terá membros correspondentes em todo o país. Trata-se de um primeiro passo no sentido da eventual constituição, no futuro, de um Instituto Marxista no Canadá.

Na reunião de fundação os presentes constituiram quatro comitês especiais (sobre história, economia, cultura e educação no Canadá), como trabalho inicial do Centro. Também está sendo considerada a organização de um birô de tradução.

SOB O SIGNO DE UMA FALSA ESTABILIZAÇÃO

REJEITADO embora pelos trabalhadores e criticado em muitos pontos pela burguesia, de modo geral recebido com insatisfação e desconfiança pela opinião pública, o Programa de Estabilização Monetária vai sendo, apesar de tudo isto, aplicado pelo governo. Do ponto-de-vista da política econômico-financeira, o país está vivendo sob o signo daquele Programa. Naturalmente, o sr. Juscelino Kubitschek não pode agir de modo tão brusco como Frondizi na Argentina. Diante da pressão do movimento de massas, sobretudo das violentas lutas contra a carestia, o nosso governo se viu obrigado a fazer certas concessões. Representando

VIDA ECONÔMICA

embora conquistas do movimento de massas, essas concessões não chegam, entretanto, a alterar a política econômica do governo nem representam algo de duradouro para o povo. O salário mínimo foi decretado ao nível de 6.000 cruzeiros e não de 5.400 para o Distrito Federal, como propunha o ministro Lucas Lopes. Mas, além da resistência patronal para o seu pagamento imediato, o novo salário mínimo vai sendo devorado pelos aumentos de preços, que já liquidaram quase inteiramente o congelamento anunciado com tanto estardalhaço em novembro do ano passado. Quanto ao funcionalismo, obteve, por muito esforço, um abono provisório.

TAIS fatos, é certo, impuseram algumas alterações no Programa do ministro Lucas Lopes. No que se refere mesmo à emissão de papel moeda, o seu teto de 107 bilhões de cruzeiros para 1958 foi amplamente superado, chegando o saldo de papel-moeda emitido a cerca de 123 bilhões, o que fez do ano passado um ano «record» em matéria de emissões, tanto do ponto-de-vista absoluto como em variação percentual. Está claro que isto altera todas as minuciosas projeções em que se esmeraram os assessores econômicos do ministro da Fazenda. Fica evidente o caráter utópico e demagógico de tais projeções. Mas nada disto impede que o Programa seja aplicado em sua essência.

JÁ do Congresso anterior, obteve o governo os aumentos de imposto de renda, do consumo e do selo, que havia pleiteado. Decreta agora um corte de 35 bilhões nas despesas orçamentárias, o que na prática anula a competência do Congresso para elaborar o orçamento em caráter final. O equilíbrio orçamentário é naturalmente desejável, ainda mais tendo em vista que os três últimos anos assinalaram déficits astronômicos, que totalizaram cerca de 95 bilhões de cruzeiros. A questão reside no critério, que preside aos cortes nas despesas. Segundo se calcula, 42% dos cortes atingirão o setor de obras públicas, sobretudo o Ministério da Viação, o que não poderá deixar de provocar o desem-

prêgo de milhares de trabalhadores. Por outro lado, a economia nacional — a pretexto de uma falsa estabilização — sofrerá o prejuízo concreto da redução na construção de estradas, portos, barragens elétricas, etc.

O Programa do ministro Lucas Lopes está sendo aplicado no setor do crédito. A contenção creditícia já está provocando protestos e reclamações mesmo de setores da grande indústria. A contenção de crédito, sendo indiscriminada e sem equilíbrio, no momento em que a inflação se acelera e sobem violentamente todos os preços de custo, pode provocar desastrosos efeitos deflacionários, com o fechamento de fábricas ou diminuição de horas de trabalho, desemprego, etc. Os industriais assinalam justamente que o crédito está sendo contido e, na prática, reduzido, quando o preço das divisas aumentou em 150% no período de dois anos, subiram todos os preços no mercado interno, o salário mínimo acaba de ser majorado em 60%, etc. Nestas circunstâncias, para manter as mesmas proporções da produção, as necessidades de numerário não podem deixar de ser mais elevadas. Ao governo, porém, preocupa agora atingir uma estabilização de pura aparência, mesmo que se sacrifique aquilo que é decisivo, ou seja, o crescimento da produção.

POR último, o Programa do ministro Lucas Lopes está sendo aplicado na esfera cambial. Tivemos há pouco a elevação geral das bonificações aos exportadores e do custo de câmbio. Segundo o ministro da Fazenda, tratar-se-ia já da fase final de um processo de reajustamentos, que deve preceder a estabilização. Mas os recentes e repetidos comunicados negando a proximidade de uma reforma cambial, ao invés de tranquilizarem, são de molde a provocar inquietações. As últimas instruções da SUMOC vieram precisamente três dias depois que o presidente da República negou, em São Paulo, que houvesse por parte do seu governo intenções de alterar o câmbio. Que estará sendo preparado agora pela equipe de entreguistas que domina a política econômico-financeira do governo? Novos passos no sentido da reforma cambial não deverão surpreender, dentro da tática de envolver e de impôr mudanças graduais, que vem sendo utilizada pelo setor entreguista do governo.

O Programa de Estabilização Monetária, como já tivemos ocasião de afirmar, obedece à inspiração norte-americana, particularmente do Fundo Monetário Internacional. A aplicação deste Programa é uma das condições principais para a obtenção de novos empréstimos nos Estados Unidos. No caso da Argentina, foi preciso entregar o petróleo e aplicar um plano análogo para que Frondizi conseguisse 329 milhões de dólares e fosse consagrado oficialmente a sua subserviência em Washington. As autoridades brasileiras estão agora pleiteando novos créditos nos Estados Unidos, já que a situação do balanço de pagamentos é desastrosa.

OS Ianques são agiotes e sempre cobraram bem caro pelos créditos que concedem. A opinião pública brasileira deve se manter ao máximo vigilante para repelir novas capitulações de sentido antinacional por parte do governo do sr. Juscelino Kubitschek.

SERÁ MAIS ATUANTE A FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA

- ★ Constituirá maioria no plenário, além de ter na Mesa composta de sete elementos, cinco representantes
- ★ Resultados da primeira reunião de rearticulação, que teve a presença do presidente Ranieri Mazzilli
- ★ Amplo debate em torno das questões ligadas à luta pela emancipação nacional
- ★ Trabalho combinado com as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais

Com o objetivo de permitir um primeiro contacto entre os deputados novos e os reeleitos, pertencentes à Frente Parlamentar Nacionalista, essa organização, por iniciativa do deputado Bento Gonçalves, que a preside, promoveu a sua primeira reunião deste ano. A ela compareceram cerca de 50 pessoas, inclusive sr. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, recentemente reeleito para a legislatura cujos trabalhos deverão iniciar-se em março.

São otimistas os cálculos de respeito do número de deputados que virão a constituir, na legislatura, a FPN. Já quem afirma que constituirá maioria. Dada a característica dessa organização, esse número, já por si elevado, tenderá a aumentar sempre. É que sendo a FPN uma organização que se coloca acima dos partidos, lutando pelos mais elevados interesses brasileiros, os parlamentares a ela filiados exercem influência em todas as organizações partidárias a que pertencem.

POSICÕES

Embora a reunião tivesse como finalidade uma simples tomada de contacto, houve discursos através dos quais alguns deputados externaram seus pontos de vista a respeito de algumas questões. Veiculou-se, por exemplo, que o problema do petróleo boliviano merece particular atenção dos membros da FPN, pois os componentes da organização, embora unânimes em torno dos princípios gerais que regem a Frente, formulam opiniões diversas a respeito de alguns pontos essenciais.

respeito do acôrdo de Roboré e das famosas notas que a ele se seguiram.

Não é de estranhar que tal assunto ainda não esteja com-



Dep. Gabriel Soares

os componentes da FPN, pois seu debate, em plano nacional, apenas começa. Convém também que seja dito: muitas pessoas honestas podem a esta altura alimentar concepções falsas a respeito do problema do petróleo boliviano, assunto que vem começando a ser debatido em meio a uma campanha de imprensa muito frenética, sustentada por jornais ligados a interesses dos trustes imperialistas.

PROGRESSOS

A reunião preliminar da FPN deu oportunidade a que o sr. Ranieri Mazzilli colocasse com muita clareza a questão da conduta da Câmara em face da discussão de matérias parlamentares relacionadas com os nossos problemas básicos. O sr. Mazzilli, valendo-se da experiência de direção dos trabalhos da Câmara, observou que a força da FPN reside no fato de que a grande maioria da Casa está possuída de uma orientação que se baseia na luta pela completa soberania nacional, nos campos econômico e político. Assim, nas diversas deliberações de cunho nacionalista adotadas pela Câmara, o que se observa, diz o sr. Mazzilli, não são efeitos de articulações, mas de uma tendência natural e generalizada, em favor das soluções nacionalistas.

Em continuação, afirmou o sr. Ranieri Mazzilli que a FPN, em face do próprio conteúdo de seu programa, vem

dinamizando os trabalhos parlamentares. Assim, toda



Dep. Aurélio Viana

iniciativa patriótica que surja, de que bancada for, logo encontra na FPN um apoio decidido. Referindo-se aos próprios esforços da Mesa, que é a Comissão Diretora da Câmara, em prol do rápido andamento de matérias importantes, disse o presidente: "Meus companheiros da Frente Parlamentar Nacionalista sempre deram assistência a todos os problemas em que estava em jogo o interesse nacional".

A seguir chamou a atenção dos membros da FPN para uma série de projetos que precisam ser discutidos e votados sob orientação patriótica, pois implicam, todos eles, "na preservação da independência nacional".

O sr. Ranieri Mazzilli afirmou: "Seremos fiéis aos princípios da Frente Nacionalista, pois estamos convencidos de que eles serão coerentes com os postulados constitucionais".

SAUDAÇÃO

O sr. Oswaldo Lima Filho saudou os novos membros da



Dep. José Joffily

Frente. Ao fazê-lo, o representante pernambucano aludiu, particularmente, ao projeto Lutero Vargas, sobre nacionalização dos bancos. Tratou da questão dos investimentos estrangeiros, das remessas de lucros para o exterior (CONCLUI NA 11ª PAGINA)

Questão Aheria

JOÃO ANTONIO

O senador republicano Homer Capenhart, de Indiana, é conhecido nos próprios Estados Unidos por seu "orgulho patriótico". Em face da derrota injusta para os brasileiros e pelos soviéticos à representação norte-americana no campeonato mundial de basquetebol, o sr. Homer Capenhart foi à tribuna e disse que seu País havia sido humilhado. Ao mesmo tempo observou que seus compatriotas são os inventores do basquete e que por isso devem "proteger carinhosamente esse patrimônio".

O representante de Indiana, citando especialmente as vitórias brasileira e soviética na competição de Santiago do Chile, disse que o time norte-americano provocou a humilhação dos Estados Unidos só porque não ganhou. Então o campeonato era para que os americanos saíssem na certa vitoriosos? E os outros competidores que não conseguiram a vitória, devem considerar-se também humilhados?

Cheio de ódio, o sr. Homer Capenhart citou palavras de um jornalista chileno que disse: "Quando se trata de disparar à Lua ou à cesta, os Estados Unidos não podem manter-se ao nível da Rússia". Nos jogos de Santiago, os Estados Unidos ficaram abaixo não somente do nível dos soviéticos, mas também abaixo do nível dos brasileiros. E que pode ter isso de trágico, no terreno dos esportes ou da política?

O proclamado "orgulho patriótico" do senador republicano é muito infantil. Mas o pior é que essa espécie de infantilidade, nos Estados Unidos, constitui uma praga. Os norte-americanos sofrem as consequências de uma educação feita na base da hipocrisia. Costumam apresentar-se como campeões da liberdade, além de inventores do basquete. Na Introdução da Declaração da Independência dos Estados Unidos há bonitas palavras. Ali se diz que todos os homens são iguais e que foram criados por Deus "com certos direitos inalienáveis". Mas ao mesmo tempo a nação americana foi criada à base das ações da pirataria de seus primeiros colonizadores, conheceu as odiosas lutas de religiões, assistiu às matanças de índios, suas primeiras plantações criaram vício porque ao mesmo tempo eram túmulos de negros escravizados e massacrados, seu território foi ampliado com o assalto aos visinhos e a sede de ouro, na corrida para a Califórnia, serviu de base a demonstrações de bestialidade e de ambição registradas em vasta bibliografia.

Depois surgiu uma nova espécie de pirataria muito mais cruel, a dos imperialistas. E hoje a América do Norte segue uma política externa ditada pelos interesses dos trustes, entre os quais se destacam as organizações dos "gangsters" do petróleo.

Ainda agora percorreu a América do Norte o Rei Momo do Brasil. Lá o batizaram de King of Joy in the Brazilian Carnival, ou Rei da Alegria do Carnaval Brasileiro. Foi recebido pelo prefeito de Nova Iorque, sr. Robert Wagner. Na Bólsa do Café fizeram demonstrações para que o envio diplomático tivesse uma idéia sobre o funcionamento daquela organização onde tanto se trabalha contra os preços de nossa principal mercadoria de exportação. Uma criança de 8 anos, de nome Judith Lurie, ainda não intoxicada pela educação norte-americana, tomou-se de entusiasmo e foi visitar o Rei Momo na prefeitura de Nova Iorque.

Em resumo: depois da vitória de Santiago do Chile, essa excursão triunfal. Não teria visto o senador Homer Capenhart, no sucesso do Rei Momo, outra humilhação para os Estados Unidos e à sua corte de Rei do Aço, do Carvão, do Petróleo, das Pólvoras contra Insônia ou da Indústria de Bambolês?

ESQUEMA DE REESTRUTURAÇÃO

É o seguinte o esquema de reestruturação da Frente Parlamentar Nacionalista:

1 - Continuam integrados na FPN os signatários da DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, de 1956, reeleitos, ou não, para a Legislatura atual;

2 - os não reeleitos formarão o Quadro de Colaboração Técnica da FPN;

3 - será considerado membro da FPN qualquer Deputado que se declare solidário, no livro próprio, a DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS da FPN;

4 - a FPN terá sede no Rio de Janeiro, onde instalará sua Secretaria Geral;

5 - a FPN desdobrar suas atividades:

a) mantendo contacto mais estreito com todos os agrupamentos nacionalistas do país;

b) estimulando a formação de Grupos Nacionalistas nas Assembleias estaduais e Câmaras dos Vereadores;

c) organizando o seu Boletim Informativo;

d) organizando conferências e palestras nas capitais e cidades do interior do Brasil;

e) organizando uma Assessoria Técnica;

6 - A FPN será administrada por:

a) um Presidente, que coordenará os assuntos para discussão e dirigirá os trabalhos das reuniões;

b) três ou mais líderes parlamentares que coordenarão os

assuntos para o debate parlamentar, de interesse nacionalista recebendo sugestões e distribuindo os temas para estudo;

c) os Coordenadores de Grupos de Trabalho;

d) o Secretário-Geral, que administrará a sede e cuidará do intercâmbio, do expediente, da organização e do material informativo;

7 - Os Grupos de Trabalho sob a direção de cada um Coordenador, serão os seguintes:

a) do Petróleo;

b) dos Minérios;

c) das Relações com o Exterior (tratados, comércio e segurança nacional);

d) da Política Agrária;

e) da Política do Desenvolvimento (economia, finanças, câmbio, investimentos e administração pública);

f) da Política Social (legislação e interesses sindicais);

g) de Educação e Cultura;

h) dos Transportes e da Eletrificação;

8 - A FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA, através de sua Secretaria Geral, envidará todos os esforços para a constituição de uma Biblioteca Específica e um Arquivo de dados e informações.

9 - A FRENTE, através de um manifesto, se dirigirá ao povo brasileiro, logo que se iniciarem os trabalhos normais do Congresso.

LUTAR EM DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL

COMPROMISSO FIRMADO PELOS DEPUTADOS MEMBROS DA F. P. N.

Os deputados membros da FPN assinaram o seguinte documento, pelo qual hortearam a sua ação no Parlamento:

"Os Deputados Federais abaixo assinados, constituídos em FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA, comprometem-se a defender os interesses do povo brasileiro e o tradicional conceito de soberania nacional quando ameaçados por ingerência estranha direta ou indireta, de grupos econômicos poderosos e políticos, situados na órbita internacional, que perturbam o desenvolvimento do nosso progresso e as salutares medidas que visem a emancipação econômica do país. Assim sendo e esperando que o Senado, as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais tomem idêntica posição, os signatários se obrigam a defender no Parlamento, entre outros, os seguintes pontos essenciais:

I - Revisão dos tratados, convênios ou acordos que impeçam, com limitações ou discriminações, acesso da produção brasileira aos mercados mundiais

II - Legislação adequada no sentido de estabelecer normas que, respeitado o que seja considerado justo como compensação de empréstimos ou investimentos, evitem a supérflua drenagem para o exterior do dinheiro nacional, a fim de que se proporcione melhor aplicação de lucros, juros ou dividendos no desenvolvimento da riqueza da nação.

III - Defesa intransigente dos estoques das reservas minerais do país contra qualquer forma de controle, domínio ou dilapidação da parte de organizações privadas ou públicas que visem o alargamento de interesses monopolistas internacionais ou pretendam, à custa do sacrifício dessas reservas, defender a exaustão de minas ou jazidas de outros países.

IV - Defesa da indústria brasileira contra a opressão ou sabotagem de empresas cujos lucros são remetidos para o exterior.

V - Defesa contra assaltos jurídicos, domínio ou propositual esgotamento de fontes de matéria prima nacional necessária à indústria brasileira, da parte de organizações ligadas a trustes ou cartéis.

VI - Defesa das organizações estatais de Monopólio já constituídas com aprovação do Poder Legislativo Nacional e das que se venham a formar nos mesmos moldes.

VII - Legislação que permita a restauração e o melhoramento da frota nacional de longo curso a fim de que possa ser aumentada a capacidade de transporte dos barcos brasileiros.

VIII - Estímulo ao desenvolvimento da eletrificação e à melhoria dos transportes e comunicações.

IX - Estímulo ao estudo e aplicação da energia atômica para fins pacíficos.

X - Estímulo à desobstrução de rios que possam servir de vias suplementares de comunicação e de transporte.

XI - Defesa da Cultura Brasileira, no que se refere aos seus padrões tradicionais, aos seus valores históricos, às suas características étnico-sociais, às suas ligações com o povo e a terra e à necessidade de guardar bem e divulgar intensamente, documentos e estudos que sirvam à valorização do nosso povo como poder civilizador e ao prestígio da Nação como peça da cultura universal.

XII - Estímulo à indústria do cinema nacional e sua permanente defesa.

XIII - Estudos, debates e consultas sobre os problemas fundamentais ligados à economia, à justiça social e aos dispositivos constitucionais que assegurem a defesa do patrimônio e da soberania nacionais."

Balanço De JK Depois De Meio Caminho Andado:

Está Conduzindo Mal A BANDEIRA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ao entrar no quarto ano de governo — tendo percorrido, pois, mais da metade do caminho — o presidente Juscelino Kubitschek usou do rádio e da televisão para fazer propaganda das suas realizações. As metas, como nas falas dos aniversários anteriores, constituíram o centro de seus comentários. Nada mais natural; e mesmo justo. Mas, o problema não pode ser colocado de maneira simplista. Não se trata, apenas, de proparar o que tem sido feito. É decisivo o exame, do ponto de vista dos interesses nacionais, das consequências do que se tem realizado. E, dentro desse critério, a prova dos nove vem a ser dada pelos resultados que a política seguida acarreta para o povo, no presente e no futuro.

O governo do sr. Juscelino Kubitschek levantou a bandeira do desenvolvimento econômico. Aliás, do desenvolvimento intensivo: cinquenta anos em cinco. Como tem sido carregada essa bandeira?

DIMINUIU O RITMO Apesar das condições econômicas favoráveis, a economia nacional não cessa de desenvolver-se, o que se observa particularmente em alguns setores básicos, como os do petróleo, energia elétrica, siderurgia, construção de máquinas e autoveículos, que continuaram a crescer, absorvendo vultosos investimentos. Esse desenvolvimento não tem sido, num ritmo pelo menos igual ao do período 1948-56. Já em 1957 a taxa de aumento da produção industrial fora a menor do último decênio. Grande parte da indústria ficou nos bens de consumo

começou a manifestar entãosinais de estagnação, chocando-se com os limites do mercado interno, cuja expansão, impulsionada pelo processo de industrialização e urbanização, é, por outro lado, consideravelmente dificultada pelas sobrevivências feudais na estrutura agrária.

No seu conjunto, a economia nacional sofre os efeitos da crise cambial provocada

pela queda drástica nos preços e no volume de vendas externas do café. Considerando o período de janeiro a outubro de cada ano, o valor da exportação de café foi o seguinte, em milhões de dólares: 843,8 em 1956; 676,7 em 1957; e 573,8 em 1958.

A redução de divisas originárias do café pesa sobre nosso balanço de pagamentos

agravando o cronico déficit que decorre da crescente evasão de renda sob forma de remessas de rendimentos do capital estrangeiro e pagamentos de fretes seguros marítimos. Se, em 1956, excepcionalmente, o balanço de pagamentos acusou um superávit de 166 milhões de dólares, a situação se verteu em 1957 com um déficit de 204 milhões. Nos primeiros meses de 1958

o déficit já era de 160 milhões de dólares. Esta situação se torna particularmente crítica em virtude da necessidade de certas importações essenciais e dos vultosos compromissos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos que recairão sobre o país nos próximos anos. A aguda escassez de divisas, aliada à desvalorização interna do cruzeiro, provocou a alta das

cotações do dólar e de outras divisas em mais de 150% no decorrer do ano de 1958. Em consequência, sofreram rápida majoração os preços dos artigos importados, o que se refletiu nos preços dos artigos de produção interna, aumentando a pressão inflacionária e a carestia da vida.

A situação no comércio exterior e no balanço de pagamentos revela, de maneira particularmente expressiva, o caráter dependente e ainda atrasado da economia nacional. Enquanto o comércio exterior se baseia em um único produto e permanece amarrado a um mercado monopolista — o dos Estados Unidos — a receita cambial de nosso país sofre todos os anos substancial sangria provocada pelo capital estrangeiro, sobretudo o norte-americano.

Por outro lado, um problema vital para a nação se apresenta: o do rumo e do destino do desenvolvimento econômico.

ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

É certo que, apoiado no movimento nacionalista, o setor nacionalista do governo tem defendido com sucesso, em alguns pontos essenciais, uma política correspondente aos interesses gerais da nação. Isto é patente, em primeiro lugar, na manutenção do monopólio estatal do petróleo, cujo êxito refletido no progresso constante da Petrobrás, estimula a confiança do povo brasileiro em suas próprias forças. No que se refere ao café, continua em vigor a política nacionalista de defesa de seus preços externos, em aliança com os demais produtores da América Latina, contra as manobras baixistas dos monopólios norte-americanos.

Mas, é também inegável que os elementos entreguistas se reforçaram ultimamente no governo, ocupando a maioria das posições-chave que dizem respeito à direção da política econômica-financeira, o que se tornou evidente sobretudo a partir da subida do sr. Lucas Lopes ao Ministério da Fazenda, acolhido pelos srs. Roberto Campos e Garrido Torres, presidentes respectivamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e do SUMOC. Daí por que, embora contenha aspectos nacionalistas, a política econômica-financeira do governo do sr. Juscelino Kubitschek tem acentuado as concessões a o imperialismo norte-americano, procurando fórmulas que conciliassem os interesses exploradores deste último a um certo tipo de desenvolvimento econômico limitado e deformado, que só pode vir a aumentar a situa-

A economia brasileira se desenvolveu em ritmo inferior ao do período 1948-56 — Êxito do setor nacionalista do governo em alguns pontos essenciais — Tendência a concessões ao imperialismo norte-americano — A OPA e o Plano de Estabilização Monetária — Sacrificios cada vez maiores recaem sobre os ombros do povo — O caminho que precisa ser seguido

ção de dependência do país e lançar sobre as massas trabalhadores e populares o peso de maiores sacrificios.

SUBORDINAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Essa tendência se manifesta claramente na conservação do estado de subordinação do comércio exterior aos monopólios dos Estados Unidos e no incremento de escandalosos favores ao capital estrangeiro. Enquanto as empresas nacionais se debatem com a elevação vertical dos custos de importação, com a quase impossibilidade de financiamentos externos e com as crescentes dificuldades de crédito, nos países a política inaugurada pela Instrução 113, que abre as portas à penetração do capital estrangeiro e conduz à desnacionalização de importantes setores de nossa indústria.

Poderosas empresas imperialistas recebem grandes privilégios de órgãos governamentais, como o GEIA e o GEICON, ganhando posições de domínio nas nascentes indústrias de autoveículos e de construção naval, tão necessárias ao progresso da economia brasileira.

Entretanto, em seus princípios e em sua plataforma prática, a OPA mantém a política externa de plena dependência dos planos agressivos do imperialismo e subordina o nosso desenvolvimento econômico à "ajuda" do imperialismo norte-americano, que é exatamente o principal causador do subdesenvolvimento da América Latina e que, por sua natureza intrínseca, não pode senão tender à exploração e à opressão.

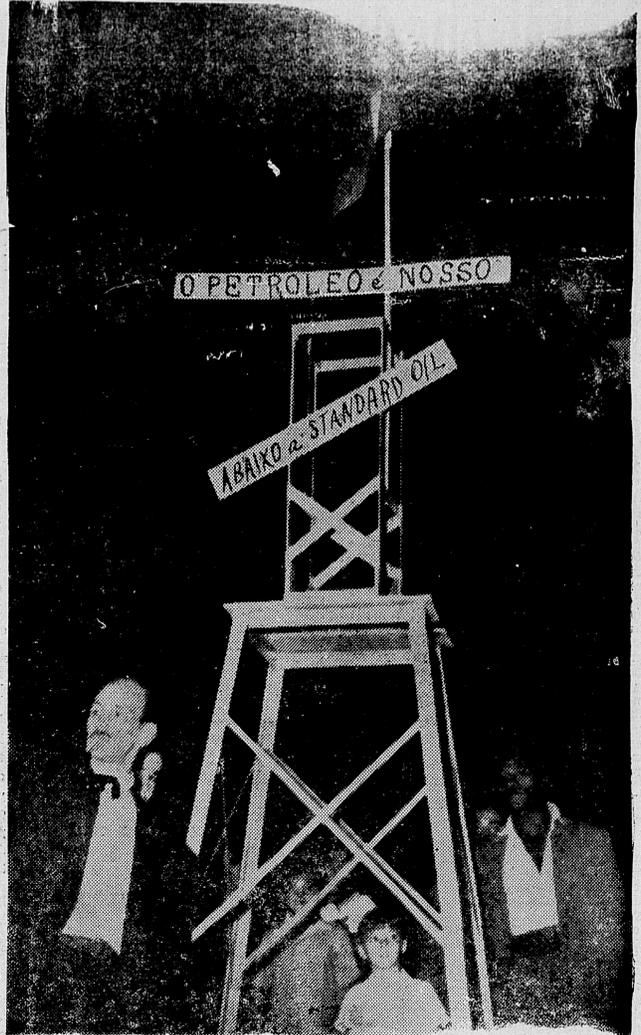
O lançamento da OPA veio criar dificuldades aos círculos dirigentes de Washington, colocando na ordem do dia a questão das relações desiguais dos Estados Unidos com a América Latina, e tornou mais viva na opinião pública brasileira a aspiração a uma política exterior verdadeiramente nova, orientada no sentido da paz, do progresso econômico e da completa emancipação nacional. Entretanto, como tentativa de conciliação de certas reivindicações nacionalistas dos interesses do imperialismo norte-americano, não conduziu a resultados práticos e não superou a crise da política exterior.

PLANO DE INSPIRAÇÃO NORTE-AMERICANA

Outra iniciativa governamental utilizada pelo sr. Juscelino Kubitschek como elemento de propaganda é o Plano de Estabilização Monetária. Apresentado pelo ministro Lucas Lopes, trata-se, na verdade, de um conjunto de medidas de nítida inspiração norte-americana. Medidas idênticas estão sendo aplicadas em outros países, como na Argentina e no Paraguai, a conselho, segundo se declarou oficialmente, do Fundo Monetário Internacional, preparando condições para a concessão de novos empréstimos.

Toda a orientação do Plano do sr. Lucas Lopes objetiva criar condições ainda mais favoráveis para as aplicações do capital estrangeiro, sobretudo no que se refere às facilidades para as remessas de seus rendimentos. Este, o sentido das medidas abertas ou veladamente propostas, como a reforma cambial com a desvalorização do cruzeiro, a compressão de importações essenciais e a quase proibição de financiamentos externos para o capital nacional, a concessão de diversos privilégios e privilégios ao setor de exportação, etc. Ao mesmo tempo, faz o Plano uma série de propostas de contenção da inflação através de maiores sacrifícios impostos às massas (aumento de impostos indiretos, congelamento de salários e vencimentos) e da redução da taxa de crescimento da economia nacional (diminuição dos investimentos públicos).

Como se vê, a bandeira do desenvolvimento econômico, levantada pelo governo do sr. Juscelino Kubitschek, não tem sido levada à frente por todos os caminhos que interessam ao nosso povo. E isso porque sua política econômico-financeira, embora contenha aspectos nacionalistas, tem acentuado as concessões ao imperialismo norte-americano. Das as consequências prejudiciais ao próprio desenvolvimento, que se manifesta limitado, só podendo vir a melhorar a situação de dependência do país ao estrangeiro e a ativar sobre os ombros das massas trabalhadoras e populares sacrificios cada vez maiores. Daí também porque se torna mais viva em nosso povo a consciência da necessidade de lutar por modificações na composição e na política do governo, pela mudança dos seus rumos, pela conquista de um governo nacionalista e democrático.



A Petrobrás, já vitoriosa, constitui um símbolo. Mostra que as forças nacionais, o dinheiro e de fora do governo são capazes de se opor com êxito às pretensões colonizadoras do imperialismo norte-americano. Reforça a confiança em que as forças nacionalistas serão capazes de influir no sentido de modificar a composição e a orientação política do governo.

ROBERTO CAMPOS

DEVE RESPONDER PELO SURTO DE CARESTIA E PELO BESASIRE NA EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

A campanha pela demissão do entreguista Roberto Campos da direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico toma caráter nacional. Estendendo-se do Rio de Janeiro ao interior do País, ela supera o âmbito estadual, mas foi levada, e passa a interessar outras e mais numerosas camadas da população. Operários, servidores públicos, industriais, todos os que são diretamente atingidos pelo surto de carestia e de desnacionalização da economia do País, vão compreendendo que a renúncia de Roberto Campos será golpe no fronte às causas do crescente agravamento de suas condições de vida e de trabalho. Descobrem a ligação indissolúvel entre suas dificuldades e as ações da quadrilha entreguista: no governo e da qual Roberto Campos é o chefe e o símbolo.

Com essa afirmação negativa o sr. Lucas Lopes assumiu a pasta da Fazenda, em junho de 58. Procurava tranquilizar o País, pedindo que não tivessem medo de ele. Defendia a sua própria fama de entreguista, e de pau-mandado do já então famoso tenor do entreguismo indígena Roberto Campos. Era do conhecimento público que sua nomeação vinha imposta por Washington, como condição para a abertura de créditos lanques ao governo de Sr. Kubitschek. O imperialismo precisava da reforma cambial, e exigia o alinhamento do Estado brasileiro da atividade econômica. Com a reforma, queria assegurar o tiro de misericórdia na indústria nacional, e consequente o completo controle do comércio exterior: brasileiro; com o "anti-estatismo", procurava o apelo ao capitalismo imperialista, em todos os setores da economia nacional. Para executar essa política, o imperialismo impôs e obteve o afastamento de Alkmin, e a nomeação de Lucas Lopes para o Ministério da Fazenda.

Lucas Lopes repetiu em vez que não era entreguista, e que não ia fazer a reforma cambial. Mas não disse o que era, e tampouco o que ia fazer. Fortíssimo mesmo, ninguém o levou a sério. SO Garrido Torres, na direção da SUMOC, ficou completado o cerco imperialista sobre a economia nacional. Um industrial brasileiro que necessite comprar máquinas no exterior passou desde então a encontrar à sua frente uma verdadeira e verdadeira e conspirativa, destinada a jogá-lo na dependência do imperialismo. A SUMOC alga a carência de divisas, e nega-lhe dólares. O BNDE, com o mesmo ar de indiferença do "sócio" da ES-

ciamentos à obtenção, pelo industrial, de financiamento próprio em moeda estrangeira. Isto é, ele deve se associar a uma empresa ianque, para obter as boas graças do BNDE. Ao industrial só resta então associar-se a uma empresa ianque, que poderá importar os equipamentos isenta de qualquer obrigação fiscal, por obra da instrução 113 da SUMOC. No inquérito parlamentar sobre o petróleo ficou inclusive provado que mesmo a alternativa do recurso ao mercado livre de câmbio é vedada, pelo atual governo, aos industriais que resistem à absorção pelo capital imperialista.

Dessa forma continuam sendo desnacionalizadas dezenas e dezenas de empresas nacionais. É o caso de firmas tradicionalmente brasileiras, como os Laboratórios Fountoura, na indústria farmacêutica, forçados a associar-se a empresas Wieth e Shibley; ou o caso de grupos poderosos, como o dos Jaffet, em São Paulo, forçado a associar-se ao grupo Rockefeller para a exploração de minério de ferro.

INSOLVÊNCIA FORÇADA NO BALANÇO DE PAGAMENTOS

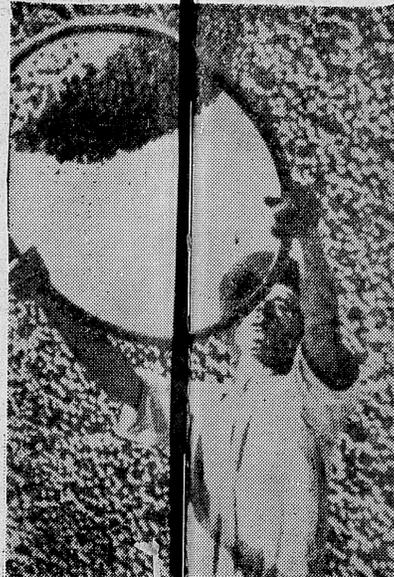
Vimos que a alegação da "escassez de divisas" é uma peça importante nesse esquema entreguista. Argumenta-se que o balanço de pagamentos do País com o exterior é deficitário, e que é portanto necessário conter a procura de equipamentos no estrangeiro, que implique dispêndio de dólares. Sem discutir a responsabilidade por este estado de coisas, é fato que a balança comercial brasileira está deficitária, e que a incapacidade de endividamento do país nos Estados Unidos está esgotada. Diante dessa situação de fato, o interesse nacional manda que o país procure novas fontes de divisas, novas possibilidades de créditos para fornecimento de máquinas e equipamentos, sobretudo no campo socialista. Se o monopólio imperialista sobre o comércio exterior brasileiro impede que se procure romper esse monopólio, selecionando as importações e buscando novos mercados para seus produtos.

Para os fatores da atual política econômica do governo, no entanto, não se cogita de defender o interesse nacional. Seu objetivo é forçar os pontos de estrangulamento da economia nacional — expressão mais repetida de seu escasso repertório econômico — para que cada dia se torne mais premente, segundo eles, a necessidade de entregar-se o País à "iniciativa privada" estrangeira.

Essa política ditada pelo imperialismo que vem sendo executada com precisão matemática, pela quadrilha robertocampista, cujo exigência pelo "Fundo Monetário Internacional" e outras agências imperialistas impôs o suicídio a Vargas, e vem sendo centro de uma luta acirrada no governo, há muitos anos.

Essa política ditada pelo imperialismo que vem sendo executada com precisão matemática, pela quadrilha robertocampista, cujo exigência pelo "Fundo Monetário Internacional" e outras agências imperialistas impôs o suicídio a Vargas, e vem sendo centro de uma luta acirrada no governo, há muitos anos.

Um crime monstruoso que a Nação deve punir. As primeiras consequências dessa desastrosa política econômica foram a queda drástica nos preços e no volume de vendas externas do café. Considerando o período de janeiro a outubro de cada ano, o valor da exportação de café foi o seguinte, em milhões de dólares: 843,8 em 1956; 676,7 em 1957; e 573,8 em 1958. A redução de divisas originárias do café pesa sobre nosso balanço de pagamentos agravando o cronico déficit que decorre da crescente evasão de renda sob forma de remessas de rendimentos do capital estrangeiro e pagamentos de fretes seguros marítimos. Se, em 1956, excepcionalmente, o balanço de pagamentos acusou um superávit de 166 milhões de dólares, a situação se verteu em 1957 com um déficit de 204 milhões. Nos primeiros meses de 1958 o déficit já era de 160 milhões de dólares. Esta situação se torna particularmente crítica em virtude da necessidade de certas importações essenciais e dos vultosos compromissos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos que recairão sobre o país nos próximos anos. A aguda escassez de divisas, aliada à desvalorização interna do cruzeiro, provocou a alta das cotações do dólar e de outras divisas em mais de 150% no decorrer do ano de 1958. Em consequência, sofreram rápida majoração os preços dos artigos importados, o que se refletiu nos preços dos artigos de produção interna, aumentando a pressão inflacionária e a carestia da vida. A situação no comércio exterior e no balanço de pagamentos revela, de maneira particularmente expressiva, o caráter dependente e ainda atrasado da economia nacional. Enquanto o comércio exterior se baseia em um único produto e permanece amarrado a um mercado monopolista — o dos Estados Unidos — a receita cambial de nosso país sofre todos os anos substancial sangria provocada pelo capital estrangeiro, sobretudo o norte-americano. Por outro lado, um problema vital para a nação se apresenta: o do rumo e do destino do desenvolvimento econômico. É certo que, apoiado no movimento nacionalista, o setor nacionalista do governo tem defendido com sucesso, em alguns pontos essenciais, uma política correspondente aos interesses gerais da nação. Isto é patente, em primeiro lugar, na manutenção do monopólio estatal do petróleo, cujo êxito refletido no progresso constante da Petrobrás, estimula a confiança do povo brasileiro em suas próprias forças. No que se refere ao café, continua em vigor a política nacionalista de defesa de seus preços externos, em aliança com os demais produtores da América Latina, contra as manobras baixistas dos monopólios norte-americanos. Mas, é também inegável que os elementos entreguistas se reforçaram ultimamente no governo, ocupando a maioria das posições-chave que dizem respeito à direção da política econômica-financeira, o que se tornou evidente sobretudo a partir da subida do sr. Lucas Lopes ao Ministério da Fazenda, acolhido pelos srs. Roberto Campos e Garrido Torres, presidentes respectivamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e do SUMOC. Daí por que, embora contenha aspectos nacionalistas, a política econômica-financeira do governo do sr. Juscelino Kubitschek tem acentuado as concessões a o imperialismo norte-americano, procurando fórmulas que conciliassem os interesses exploradores deste último a um certo tipo de desenvolvimento econômico limitado e deformado, que só pode vir a aumentar a situa-



A política econômica imposta ao país pelo grupo entreguista Lucas Lopes-Campos, vem se refletindo drasticamente em relação ao café. Calcula-se em cerca de 200 milhões de dólares a queda das divisas fornecidas pelo café em 1958, relativamente ao ano anterior.

ca da quadrilha robertocampista já se fazem sentir sobre a economia do país. Os aumentos de custo das importações repercutem sobre os preços internos dos produtos de consumo obrigados à importação consideradas essenciais: petróleo, equipamentos, trigo, etc. Agora, o novo par de instruções da SUMOC, 174 e 175, eleva novamente a taxa para o dólar-café, para 60 cruzeiros mais bonificações especiais, e impõe novo aumento, ao preço das importações essenciais e obrigatórias, que passam a ser pagas a 100 cruzeiros por dólar. Paralelamente, algumas categorias de exportações já vão sendo entregues ao regime de livre câmbio.

Um crime monstruoso que a Nação deve punir. As primeiras consequências dessa desastrosa política econômica foram a queda drástica nos preços e no volume de vendas externas do café. Considerando o período de janeiro a outubro de cada ano, o valor da exportação de café foi o seguinte, em milhões de dólares: 843,8 em 1956; 676,7 em 1957; e 573,8 em 1958. A redução de divisas originárias do café pesa sobre nosso balanço de pagamentos agravando o cronico déficit que decorre da crescente evasão de renda sob forma de remessas de rendimentos do capital estrangeiro e pagamentos de fretes seguros marítimos. Se, em 1956, excepcionalmente, o balanço de pagamentos acusou um superávit de 166 milhões de dólares, a situação se verteu em 1957 com um déficit de 204 milhões. Nos primeiros meses de 1958 o déficit já era de 160 milhões de dólares. Esta situação se torna particularmente crítica em virtude da necessidade de certas importações essenciais e dos vultosos compromissos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos que recairão sobre o país nos próximos anos. A aguda escassez de divisas, aliada à desvalorização interna do cruzeiro, provocou a alta das cotações do dólar e de outras divisas em mais de 150% no decorrer do ano de 1958. Em consequência, sofreram rápida majoração os preços dos artigos importados, o que se refletiu nos preços dos artigos de produção interna, aumentando a pressão inflacionária e a carestia da vida. A situação no comércio exterior e no balanço de pagamentos revela, de maneira particularmente expressiva, o caráter dependente e ainda atrasado da economia nacional. Enquanto o comércio exterior se baseia em um único produto e permanece amarrado a um mercado monopolista — o dos Estados Unidos — a receita cambial de nosso país sofre todos os anos substancial sangria provocada pelo capital estrangeiro, sobretudo o norte-americano. Por outro lado, um problema vital para a nação se apresenta: o do rumo e do destino do desenvolvimento econômico. É certo que, apoiado no movimento nacionalista, o setor nacionalista do governo tem defendido com sucesso, em alguns pontos essenciais, uma política correspondente aos interesses gerais da nação. Isto é patente, em primeiro lugar, na manutenção do monopólio estatal do petróleo, cujo êxito refletido no progresso constante da Petrobrás, estimula a confiança do povo brasileiro em suas próprias forças. No que se refere ao café, continua em vigor a política nacionalista de defesa de seus preços externos, em aliança com os demais produtores da América Latina, contra as manobras baixistas dos monopólios norte-americanos. Mas, é também inegável que os elementos entreguistas se reforçaram ultimamente no governo, ocupando a maioria das posições-chave que dizem respeito à direção da política econômica-financeira, o que se tornou evidente sobretudo a partir da subida do sr. Lucas Lopes ao Ministério da Fazenda, acolhido pelos srs. Roberto Campos e Garrido Torres, presidentes respectivamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e do SUMOC. Daí por que, embora contenha aspectos nacionalistas, a política econômica-financeira do governo do sr. Juscelino Kubitschek tem acentuado as concessões a o imperialismo norte-americano, procurando fórmulas que conciliassem os interesses exploradores deste último a um certo tipo de desenvolvimento econômico limitado e deformado, que só pode vir a aumentar a situa-

POSICAO DOS COMUNISTAS: CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DA REVOLUÇÃO CUBANA

DICIONÁRIO

Entrevista do presidente do PSP, Juan Marinello, à "Tribuna Popular" de Caracas — Reafirmado o sólido apoio dos comunistas ao exército rebelde e ao governo provisório de Urrutia

Recentemente, o diário do Partido Comunista Venezuelano, "Tribuna Popular", enviou ao dr. Juan Marinello, presidente do Partido Socialista Popular de Cuba, um questionário sobre momentos problemáticos daquele país centro-americano. A seguir, reproduzimos a entrevista concedida por Marinello aos nossos colaboradores da "Tribuna Popular":

1 — Que possibilidades vê o Partido Socialista Popular na vitória do Exército Rebelde e do Povo Cubano contra a tirania Batista?

— Grandes e transcendentais possibilidades. Em primeiro lugar, a queda de Batista significa a consecução de um anelo de todo o povo de Cuba; mas, além disso, a expressão da vontade nacional para a realização de primordiais objetivos. A circunstância do Exército Rebelde haver sido integrado por camponeses, trabalhadores, grupos da pequena burguesia e da burguesia progressista, de negros e intelectuais honestos, oferece a possibilidade para que se realize um programa coincidente de substancial sentido democrático e progressista.

2 — Qual seria esse programa, em linhas gerais?

— Expressou-o o PSP. São indispensáveis: o restabelecimento real da norma democrática constitucional, o que supõe a vigência dos direitos individuais e das garantias aos cidadãos, a vigência do direito dos trabalhadores e a mais efetiva democracia social. O entreguismo, a corrupção, a traição de Mujal e seus cúmplices — execução do mandato batistiano e dos interesses imperialistas — devem desaparecer para sempre. O respeito a todas as ideologias e crenças e a legalidade de todos os partidos. O ataque a fundo contra a discriminação racial, grave ameaça contra a igualdade dos cidadãos e a dignidade humana.

REFORMA AGRÁRIA E OUTRAS MEDIDAS

3 — E no campo econômico?

— Reconhecemos a primordial importância que possui a Reforma Agrária. A presença, nas fileiras do Exército Rebelde, de numerosos camponeses pobres, fez com que a direção desse Exército assumisse o compromisso de ser em prática a Reforma Agrária na Lei 8. Considera o PSP que tal Lei não satisfaz plenamente as necessidades de nossa população camponesa, nem as do abastecimento nacional e a transformação progressista de nossa economia; mas, não há dúvida de que constituirá um avanço para a muito dura situação dos camponeses.

Entretanto, a Reforma Agrária, sendo embora primordial, não é tudo. O governo provisório pode e deve tomar medidas que tragam a industrialização, a diversificação da produção agrícola e a multiplicação dos mercados. Para isto, é indispensável a fragmentação do latifúndio e uma política internacional livre e de sentido nacional, baseada nos postulados de Martí. Até aqui, o imperialismo resistiu às duas coisas: de uma parte combatendo qualquer modificação

no regime da propriedade agrária e, de outra, vetando qualquer relação econômica com a União Soviética e o mundo socialista. Uma e outra coisas serão modificadas pelo governo provisório que acaba de constituir-se.

Até aqui, o imperialismo estadunidense impôs em Cuba uma política internacional submetida a seus interesses belicistas e de domínio mundial. Temos fé em que começará agora uma etapa em que figurem firmemente os interesses da paz e as relações fraternais entre Cuba e os povos e nações de todos os Continentes.

Deve, igualmente, o governo provisório defender e reafirmar a soberania nacional, desconhecida, pisoteada e escarnecida pelo imperialismo.

UNIDADE

4 — E para a realização do tal programa existem canais e instrumentos adequados?

— Para aplicar essas reivindicações essenciais não há outro canal senão o da mais firme e cerrada unidade. Para ela apela o PSP. E existem, sem dúvida, elementos vitais para conseguí-la. O que constitui a chave central deste programa, a unidade da classe operária, avança vivamente, e se expressa na FONU (Frente Nacional Unida). Há unidade entre os estudantes, entre os camponeses, entre os jovens das mulheres, entre os negros — em especial, entre as massas populares.

5 — E no campo econômico?

— Existem e atuam. De muitas partes nasce o interesse por dividir a revolução vitoriosa, por lançar um grupo contra outro, por frustrar as fecundas realizações que o povo espera. Entre tais propósitos traidores, surge, naturalmente, o anticomunismo. Trata-se, nem mais nem menos, que de uma bandeira batistiana. O Comandante Raul Castro recordou agora que as bombas lançadas que Batista deixava cair sobre campos e cidades — com o sacrifício maciço de milhares, velhos e crianças — tinham uma legenda: "Pela democracia e contra o comunismo." Esta é agora a bandeira dos inimigos do povo e do seu progresso.

6 — E em face de tais campanhas divisionistas, em face do anticomunismo, concretamente, qual foi a posição dos chefes do Exército Rebelde?

— É preciso dizer que os comandantes do Exército Libertador — Fidel Castro, Ernesto Guevara, Camilo Cienfuegos e Luis Orlando Rodríguez — tiveram manifestações muito acertadas. O Comandante Fidel Castro reiterate com toda energia sua condenação a qualquer propósito de dividir as forças revolucionárias. E no que diz

respeito a todas as idéias e à legitimidade de todos os partidos, suas declarações foram concludentemente democráticas. Temos todos de felicitá-lo por isto. Até aqui, os anticomunistas fracassaram; mas seria ingênuo supor que não voltarão à carga.

APOIO AO EXERCITO E AO GOVERNO

7 — E, diante deste programa, qual é a palavra de ordem central do Partido Socialista Popular?

— Não pode ser outra senão a exortação ao apoio firme e consistente ao Exército Rebelde e a seu Comandante-em-Chefe Fidel Castro e seu apoio sincero ao governo provisório presidido pelo Magistrado Urrutia. O povo todo formou no exército libertador; todo o povo, com o seu impulso invencível, de lutar a realização do seu programa. O PSP, que deu à luta armada — e à luta cívica das cidades — o sangue dos seus melhores filhos, pugnará incansavelmente por que a revolução cumpra os seus objetivos.

VENEZUELA E CUBA

A parte final da entrevista de Juan Marinello é uma saudação ao povo venezuelano, através da "Tribuna Popular":

— Ao longo destes terríveis anos, a Venezuela mostrou a mais plena, consistente e poderosa solidariedade ao nosso povo. A queda de Perez Jimenez — autêntico parceiro de Batista — foi uma admirável lição para Cuba. Como o foi e o é nestes momentos a maneira pela qual o grande e querido país percorreu o processo democrático que contemplamos.

Quanto ao aguerrido e vitorioso Partido Comunista Venezuelano — cuja vitória eleitoral saudamos com profunda alegria — que hei de fazer senão enviar-lhe a mais cordial saudação do PSP e a mensagem pessoal a companheiros tão queridos e conhecidos em Cuba, como Gustavo Machado, Jesus Faria, Pompeyo Marquez, Silva Telleria, Eduardo Machado, Gallegos Mancera e tantos outros? O PSP sabe até onde os interesses fundamentais do povo de Bolívar, sua libertação econômica e social; seu progresso, estão em mãos dos comunistas e de seu Partido. Sua vitória é a nossa.

CONSCIENCIA SOCIAL (II)

— No tocante ao problema da consciência social o marxismo se opõe tanto à concepção idealista como aos vulgarizadores do materialismo histórico, entre os quais os «materialistas econômicos». Os idealistas, pondo a realidade de pernas para o ar, afirmam que é a consciência que determina o ser, e não o ser que determina a consciência. De acordo com o ponto de vista dos idealistas, idéias e teorias existentes em cada fase do desenvolvimento não dependem da vida material da sociedade, do regime econômico imperante, da luta de classes. Os idealistas jamais poderiam explicar, desse modo, porque no regime capitalista só há lugar para a moral burguesa, para o direito burguês, não sendo admitida a moral escravista ou o direito feudal. Só mesmo o marxismo oferece uma explicação científica para esse problema, ao esclarecer que a consciência social varia segundo as condições de vida material da sociedade, as relações de produção dominantes em tal ou qual estágio do desenvolvimento.

Mas o marxismo se opõe igualmente aos falsos materialistas que, abordando de uma maneira simplista e grosseira os fenômenos da vida espiritual, afirmam que o processo de formação das idéias filosóficas, artísticas, religiosas, morais, etc., deriva diretamente da esfera da produção econômica, das forças produtivas. Tentam assim explicar o caráter e a orientação da arte, da filosofia, da moral, etc., pelo nível da técnica. Semelhante concepção nada tem a ver com o marxismo, mas ao contrário, lhe é hostil. O materialismo histórico ensina que a consciência social, a ideologia da sociedade e das classes que a compõem é determinada pelo desenvolvimento da produção, pela atividade produtiva dos homens, mas não diretamente, e sim através da base econômica da sociedade, das relações de produção, isto é, das relações que os homens mantêm entre si, em cada etapa do desenvolvimento da sociedade, no processo da produção dos bens materiais. A consciência social não reflete direta e imediatamente as mudanças que afetam o nível de desenvolvimento das forças produtivas, senão depois das modificações operadas na esfera das relações de produção, do regime econômico da sociedade. O marxismo, além disso, leva em conta que algumas formas de consciência social nem sempre experimentam a influência da base econômica diretamente, mas através das relações político-sociais, por meio dos interesses de classe e da luta de classes, assim como, às vezes, por meio da ação de outras formas da consciência social, que se acham mais próximas da fase da sociedade.

VIDA DOS PARTIDOS COMUNISTAS

JESUS FARIA, SENADOR PELO P. C. VENEZUELANO

Reuniu-se em Caracas, de 10 a 15 do mês passado, o XIX Pleno ampliado do Comitê Central do Partido Comunista da Venezuela, do qual participaram mais de cem membros do Comitê Central, dos Comitês Regionais, da Comissão Executiva Nacional da Juventude Comunista e responsáveis de Comissões Especiais.

A análise dos resultados das últimas eleições, a política e a atividade desenvolvidas pelo Partido durante a campanha eleitoral, a posição e as tarefas do Partido em face do novo Governo Constitucional, a situação econômica do país e as palavras-de-ordem organizativas para a construção de um grande Partido Comunista de massas foram as mais importantes questões discutidas no Pleno.

O Pleno comprovou a vitória obtida pelo povo venezuelano, ao exercer seu direito de eleger os governantes do país, de conquistar um regime constitucional, que respeite as liberdades públicas e os direitos dos cidadãos, e os direitos dos cidadãos, palavra-de-ordem central desfraldada pelo movimento insurrecional cívico-militar de 23 de janeiro. O Comitê Central analisou também a votação obtida pelos candidatos comunistas, que foi o triplo da conquistada nas eleições de 1947. Em Caracas, os comunistas obtiveram 71 mil votos, isto é, 17% da votação da Capital, sendo ali o segundo partido (o primeiro é a URD de Larrazabal e o terceiro a Accion Democrática de Beaucourt). Foram eleitos para o Senado dois líderes comunistas: Jesus Faria, secretário Geral do Par-

do Partido trabalhar pela formação de uma ampla coalizão nacional no seio do regime constitucional recém-iniciado, que leve à prática uma política popular, patriótica e democrática de união nacional. O PCV apoiará um governo de ampla união nacional que agrupe todos os setores que contribuíram para a derrubada da ditadura e para a condução do país a uma constitucionalidade atual — diz o Comitê Central.

O Comitê Central discutiu as urgentes e gigantescas tarefas que se apresentam aos comunistas para construir um partido de massas, para superar as falhas e deficiências atuais, para incorporar a vida organizativa e ideológica os milhares de militantes que ingressaram no Partido depois do movimento de 23 de janeiro. O CC considerou que esta construção do Partido será, antes de tudo, de tipo ideológico, baseada nos vitoriosos princípios do marxismo-leninismo. Nesse sentido, o CC deliberou convocar um novo Pleno para reunir-se em maio, o qual, por sua vez, convocará o III Congresso do Partido.

Finalmente, foram aprovadas saudações ao povo cubano, à Confederação dos Educadores da Venezuela, ao XXI Congresso do Partido Comunista da União Soviética e um voto de apoio a decisão da Corte Suprema venezuelana, que considera delinquentes todos os integrantes da extinta Segurança Nacional.

FEZ 38 ANOS O PC ITALIANO

Numerosos comícios em muitas cidades da Itália, assinalaram, no último domingo de janeiro, a passagem do 38º aniversário de fundação do Partido Comunista Italiano (fundado a 21 de janeiro de 1921).

Em Roma, falando num comício, o vice-secretário Geral do PCI, Luigi Longo, assinalou que, em comparação com o ano de 1921, o operariado italiano e o movimento democrático são agora muito mais fortes, pois que deles faz parte o poderoso Partido Comunista Italiano, cuja existência apenas se iniciava, há 38 anos, e que agora, além de uma rica experiência, possui dois milhões de membros. Em todo o país, este Partido lançou profundas raízes no seio da classe operária e do campesinato. Longo também assinalou as grandes modificações operadas na situação internacional. Hoje, ao contrário dos países capitalistas, contrapõe-se um poderoso campo socialista e por toda parte se observa um grandioso despertar dos povos coloniais oprimidos.

Longo submeteu à crítica uma série de teses defendidas no recente Congresso do Partido Socialista Italiano, em particular a afirmação de que, supostamente, a libertação dos trabalhadores pode ser alcançada através de uma certa «evolução» do capitalismo. O progresso e a libertação dos trabalhadores, afirmou Longo, são assuntos que estão nas mãos dos próprios trabalhadores, e somente são possíveis como resultado da luta e da unidade de ação orientada no sentido de acabar com o monopólio do poder pelos clérigos.

Outros dirigentes do PCI falaram em outras cidades. Assim, em Milão, falou Giorgio Amendola, enquanto que em Turim usou da palavra Agostinho Novella.



NUNCA UM GOVERNO SUBIU COM TANTO APOIO POPULAR

Personalidades democráticas e nacionalistas no secretariado do sr. Cid Sampaio — Respeito às liberdades constitucionais — O povo não espera milagres, mas deseja ardentemente resolver os graves problemas que o afligem

Se é certo que em geral a posse dos governadores eleitos pelas forças nacionalistas apresentou caráter de festividade democrática, provavelmente em nenhum Estado, como em Pernambuco, este acontecimento se revestiu de um calor popular que só se manifesta quando a alma do povo é tocada. Na posse do sr. Cid Sampaio fundiram-se na torrente humana que inundou as ruas de Recife não apenas a tradicional combatividade dos pernambucanos, seu patriotismo que escreveu páginas das mais belas da nossa história, seu indomável amor à liberdade. No quadro de pobreza e privações que hoje caracteriza o Nordeste, inclusive Pernambuco, uma forte dose de esperança em dias melhores animava a multidão em festas nas ruas da grande Capital. É, sem dúvida, uma grande ventura para o sr. Cid Sampaio subir ao governo cercado por tão grande solidariedade. O semanário recifense «Folha do Povo» escreveu, a propósito: «o novo governo conta com um apoio popular nunca obtido por outro qualquer governo em Pernambuco».

O fato de que em Recife se tenham misturado, em praça pública, como nos palácios, no dia da posse, operários, lavradores, industriais, intelectuais, estudantes — unidos para prestigiar o governo que elegeram contra o atraso e a miséria em Pernambuco — testemunha que não há exagero naquela conclusão.

UM BOM COMEÇO

Os primeiros atos do governador Cid Sampaio mostraram que ele soube avaliar a importância desse apoio. A composição de seu secretariado, integrado por figuras algumas das quais conhecidas por suas posições democráticas e nacionalistas, como o sr. Miguel Arrais, secre-

tário da Fazenda, poderá ser um bom começo. É bastante significativo — se se tem em conta que se trata de Pernambuco — que tenha sido designado para a chefia de polícia, ainda que interinamente, um jovem advogado recifense, irmão do estudante-mártir Demócrito de Souza Filho, assassinado pela polícia de Etelvino Lins na campanha de democratização do país, em 1945. A simples manutenção de um clima constitucional, de respeito aos direitos humanos e dos cidadãos — que nos últimos anos foi mais negado, em Pernambuco, do que em qualquer outra parte do país — só isso brindaria a importante vitória democrática e nacionalista nas urnas de 3 de outubro.

UMA GRANDE RESPONSABILIDADE

Contudo, a experiência mesma do povo pernambucano ensina que esse apoio caloroso ao novo governo encerra responsabilidades concretas. É certo que, tanto por se achar dentro do quadro geral do Nordeste e do Brasil, como pela conduta do último governo — que no pe-

riodo final, como vingança ante a derrota eleitoral, enveredou pela política do esbanjamento, chamada de «terra devastada» — a nova administração estadual recebe como herança pesados e difíceis problemas. Na véspera da posse do sr. Cid Sampaio, as apólices rodoviárias ao portador (emitidas pelo Estado) de valor nominal de mil cruzeiros, eram apregoadas por menos de um terço, isto é, a 300 cruzeiros... Se a esta situação de descrédito se acrescentarem os milhares de nomeações dos afilhados do etelvinismo feitas ao apagar das luzes do governo anterior, onerando em dezenas de milhões de cruzeiros os cofres públicos, ter-se-á uma pálida imagem do estado das finanças pernambucanas.

Exprimindo a opinião dos comunistas, que contribuíram decisivamente, ao lado de outras forças democráticas, para a vitória do sr. Cid Sampaio, dizia o citado semanário: «O povo tem confiança no governo que se inicia; não a confiança passiva de quem espera milagre, mas a de quem espera ser chamado para participar da gigantesca tarefa de reparar os estragos sofridos pela imensa nau, até então des governada e jogada ao léu, colocando-a, num esforço coletivo, no rumo seguro do progresso e do bem-estar coletivo.»

(CONCLUI NA 11ª PAGINA)

GOVERNAR COM O POVO

Resta, portanto, ao sr. Cid Sampaio, com sua própria personalidade e, mais que isso, com os atos concretos de seu governo, manter-se à altura da confiança dos pernambucanos. Sua condição de industrial, de administrador que já demonstrou capacidade de realizar, de homem capaz de adotar atitudes corajosas e democráticas, como fez na campanha eleitoral, assim como pelas idéias nacionalistas e progressistas que tem emitido com relação aos problemas de Pernambuco, tudo isto credencia-o a realizar um bom governo. Quando há menos de um mês, regressou da viagem que fez entre outros países, à Tchecoslováquia, União Soviética e China, o sr. Cid Sampaio revelou-se entusiasmado com o que viu, impressionando-se, sobretudo, pelo que testemunhou na China: a forte unidade do povo e seu entusiasmo pelo trabalho que forja o desenvolvimento impetuoso do país. Soube compreender o sr. Cid Sampaio o motor dessa façanha: a certeza do povo de que não trabalha em benefício de grupos ou de privilegiados, mas para o bem de toda a nação.

É evidente que tratando-se, como é o caso da China, de uma economia socialista, não caberia um paralelo com a situação de Pernambuco. Entretanto, ninguém mais interessado do que o próprio povo pernambucano em resolver problemas como o do abastecimento e da carestia, da seca, da industrialização



O sr. Cid Sampaio, na Assembleia Legislativa, presta juramento como novo governador do Estado. Durante a solenidade, das galerias, repletas de populares, partiam apertes de condenação ao etelvinismo e de apoio à administração recém-iniciada.

do Estado, da moralização do serviço público, da educação e saúde públicas. Então, desde que deseja continuar marchando com o povo, por difícil que seja o presente, o sr. Cid Sampaio poderá amanhã declarar que cumpriu a missão histórica que o povo lhe confiou.

Funcionalismo: Para Funções Idênticas — Classes Idênticas

Manutenção do critério de promoção por antiguidade, para evitar discriminações — UNSP cumpriu sua missão — As novas metas dos servidores na luta por seus direitos

Foi em 1949, que, organizadamente, o funcionalismo anotou em seu «carnet» de lutas a primeira vitória: o abono de Natal. A movimentação, àquela época, em torno de suas reivindicações, era pequena e restrita a um grupo mais esclarecido. De organização havia apenas uma comissão. Mas, o êxito alcançado, em meio às dificuldades e à inexperiência, foi como uma semente lançada em terreno fértil. Frutificou.

Em dezembro de 1950, o governo Dutra reprimia violentamente uma manifestação de funcionários na Câmara Federal, que pediam abono de Natal.

Se a vitória de 1949 serviu de exemplo, a violência de 1950 mostrou a necessidade de capitalizar a compreensão nascente, através de uma organização que não apenas em âmbito local, mas nacionalmente, somasse as reivindicações de todas as categorias funcionais e traçasse, para a conquista das mesmas, um caminho que, segundo a prática vinha mostrando, só poderia ser o caminho da unidade. Começaram, então, as reuniões por grupos de diferentes setores. Foram se avolumando, foram sendo lançados os fundamentos da União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP), que se transformou em realidade no I Congresso Nacional dos Servidores Públicos realizado em 1952.

UNSP: MISSÃO CUMPRIDA

A UNSP tem sido a partir de sua fundação, uma bandeira de lutas, de realizações, de vitórias, de educação política do funcionalismo, contribuindo para que se ampliassem e se fortalecessem as organizações existentes em tô-

das as unidades da Federação, mesmo nos mais distantes municípios, independentemente das injunções da máquina estatal, sem, no entanto, hostilizá-la, muito ao contrário, permitindo que muitas questões fossem e sejam solucionadas pelo entendimento entre as duas partes. A UNSP tem cumprido a sua missão. Sob os seus auspícios foram realizados quatro congressos: em 1953 no Paraná, em 1954 na Bahia, ainda em 1954 em São Paulo, como parte dos festejos do 4º centenário da cidade, e em 1958, aqui, no Rio.

Com o impulso dado pela UNSP ao movimento reivindicatório do funcionalismo no Brasil, o volume de atividades não cabia mais em seu âmbito, já que não é confederativa, apesar do seu caráter geral. Não reunia, pois condições para cuidar de problemas específicos. O volume de atividades impunha, estruturalmente, uma forma mais ampla de organização. Assim, foi criada a Confederação Nacional dos Servidores Públicos, que congrega, atualmente, 14 organizações de âmbito estadual. A Confederação está sendo dirigida por um colegiado. São cinco presidentes: do Rio, de São Paulo, de Pernambuco, de

Minas e do Rio Grande do Sul. O presidente executivo é o deputado Lycio Hauer, por residir na sede da organização. Tem, agora, os servidores a sua Confederação, que dirigirá as lutas nacionalmente, embora a UNSP continue a existir como filial.

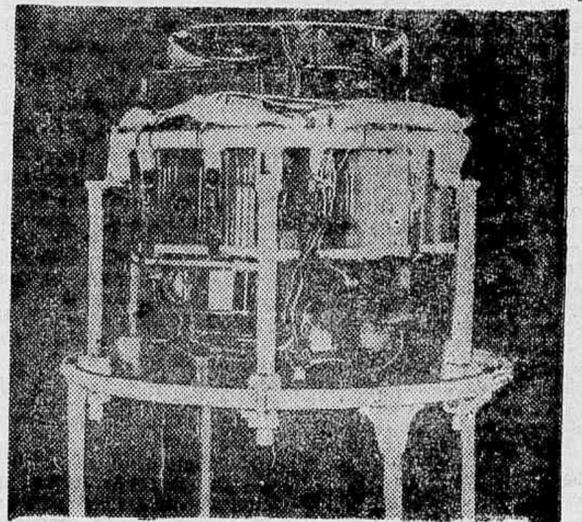
PLANO DE CLASSIFICAÇÃO: A NOVA META

Assim, com uma organização que atende às necessidades estruturais do movimento do funcionalismo, que compreende não somente servidores civis da União, mas autárquicos, estaduais e municipais, entram os funcionários numa nova batalha, logo o Senado comece a funcionar — a batalha pela aprovação do Plano de Classificação. E o começam já contando com uma vitória: a modificação pelo DASP de seu plano anterior. Com essa modificação, pode ser aceita pelos servidores a sistemática do plano apresentado pelo DASP. No entanto, ao plano, no tocante especialmente ao enquadramento e às promoções, deverão ser apresentadas emendas. E em torno das emendas exigidas pelos interesses de vários setores lutarão as organizações de servidores lideradas pela Confederação. Não será possível permitir que servidores executando funções idênticas sejam enquadrados em classes diferentes. Será exigida, então, uma boa avaliação no enquadramento, a fim de evitar má localização na linha hierárquica do plano. Cargos e

funções equivalentes não poderão ter tratamento diverso. O enquadramento do funcionário deve corresponder à função, na realidade, exercida. Não será aceita, também, a extinção do tradicional e consagrado sistema de promoção por antiguidade. As promoções por merecimento são sujeitas às mais estranhas influências. Como poderiam os funcionários ficar à mercê dessas influências? Qualquer modificação no sistema de promoções, que exclua a avaliação da antiguidade, transformar-se-ia num instrumento de discriminação.

Depois da conquista do abono de 30%, com vigência a partir de 1º de janeiro próximo, apesar do empenho do governo em contrário, o funcionalismo do Brasil liderado pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos, vai lançar-se numa grande luta cujo objetivo é de importância vital para todas as categorias funcionais, aceitando a sistemática do atual substitutivo do DASP, mas defendendo, intransigentemente, como princípio de política administrativa, no tocante à classificação: a) funções idênticas enquadradas em classes idênticas; b) manutenção do sistema de promoção também por antiguidade.

Estamos certos de que o Plano de Classificação de Cargos e Funções atendendo a esses princípios será a próxima grande vitória do funcionalismo público que, neste momento, começa a integrar-se nas lutas gerais do povo brasileiro.



FOGUETE COSMICO — Esta fotografia divulgada há dias em Moscou, reproduz a estrutura do recipiente contido no foguete cósmico, vindo-se as fontes de alimentação dos aparelhos.

O BUSTO E O CORPO INTEIRO

A sra. Jayne Mansfield alcançou no carnaval carioca um sucesso fora do comum. Os fans brasileiros prestaram-lhe a mais expressiva das homenagens, no baile do Copacabana e tudo ficou resolvido no melhor dos mundos. A iniciativa da desusada manifestação é atribuída a um repórter, cuja providência foi calorosamente apoiada por uma pequena multidão de foliões. Um caso de curiosidade profissional.

No ambiente de exaltação carnavalesca, segundo se afirma, a sra. Mansfield demonstrou, diante das exageradas manifestações de apreço, um autêntico espírito esportivo. Foi acompanhada nisso pelo espóso.

Outras observações sobre u

ilustre representante da bovizinhança: Jayne Mansfield fala um espanhol superior ao do mais apurado dimita ianque. Também se diz que seu autor preferido é Thomas Mann e que a literatura, em geral, não lhe é indiferente.

Mas a sra. Mansfield é escrava do meio onde nasceu e onde é obrigada a ganhar a vida, através da arte. Uma revista italiana chamou-a, numa reportagem, «la bella cretina». Tratamento injusto. A sra. Jayne Mansfield, em certa medida, é até uma mulher de espírito. Mas o gosto de vasta camada de seus espectadores valoriza o tipo de mulher realmente bela e cretina. E os propagandistas a serviço de empresas (CONCLUI NA 11ª PAGINA)

LUTA CONTRA A CARESTIA UNE O POVO PAULISTA

MAIS DE 600 ORGANIZAÇÕES JÁ ADERIRAM À PRÓXIMA CONVENÇÃO ESTADUAL

Trezentos sindicatos de trabalhadores do Estado, 258 associações e cooperativas filiadas à FARESP, organizações estudantis, populares etc., perfazendo mais de 600 entidades de todo o Estado, já aderiram à grande Convenção Estadual contra a Carestia a ser brevemente realizada.

TEMARIO

Em reunião na sede da Bolsa de Cereais, o presidente da FARESP, em nome da Comissão anteriormente eleita para elaborar o temário do conclave, expôs o seguinte anteprojeto que foi discutido e aprovado por todos os presentes:

- 1) Inflação;
- a) Política orçamentária;
- b) Seleção de despesas públicas;

- 2) Produção:
 - a) Transportes; b) Distribuição; c) Controle de preços.
- 3) Comércio Exterior.
- 4) Política de Investimentos.
- 5) Política tributária.

O anteprojeto está sendo enviado a todas as associações representativas da população, participantes ou não da constituição das bases da Convenção, para que enviem sugestões e propostas, alterando-o, ampliando-o, ou subdividindo em vários itens os pontos constantes do mesmo. Essas sugestões e propostas devem ser encaminhadas aos acesores técnicos instalados numa das salas da FARESP, os quais coligirão materiais para a elaboração de uma minuta a ser aprovada pelas várias comissões técnicas das associações participantes e de suas respectivas diretorias.

Trabalhadores exigem:

PAGAMENTO IMEDIATO DAS DIVIDAS A CAPFESP

Os sindicatos de trabalhadores segurados da CAPFESP e a Associação de Aposentados da CAPFESP estão empenhados numa campanha de moralização dos serviços dessa instituição que, além de não prestar a devida assistência aos trabalhadores está na eminência de suspender o pagamento dos benefícios, aposentadorias e pensões, por falta de recursos.

Segundo declarações do presidente do Sindicato Nacional dos Aeroaviários, sr. Oton Cañedo Lopes, o débito das empresas para com a Caixa, até novembro do ano passado montava a 5.284 milhões, e, o da União, nada menos de 5.760 milhões. Em São Paulo, somente a CMTC deve à Caixa 480 milhões de cruzeiros.

É sabido que mais de mil Prefeituras não recolhem as contribuições, nem a parte que lhes cabe como empregadoras, nem a parte dos trabalhadores, que é por elas arrecadada, mas à qual dão um destino que não é o dos cofres da CAPFESP.

CAMPANHA NACIONAL

A campanha pela moralização dos serviços da CAPFESP é de âmbito nacional. A sua frente encontram-se as seguintes entidades sindicais: Aeronautas, Aeroaviários, Trabalhadores em Empresas Telefônicas, Trabalhadores em Carris, Trabalhadores da Energia Elétrica e da Produção de Gás, Telegrafistas, Ferroviários da Leopoldina, Federação dos Ferroviários e Associação dos Aposentados da CAPFESP.

Entre outras medidas, os Sindicatos exigem, na presente campanha, o atendimento dos seguintes pontos:

- 1) — imediato pagamento das dívidas da União e das Empresas;

2) — retorno imediato dos funcionários da Caixa requisitados para servirem nas diversas repartições governamentais;

3) — admissão, nos termos apresentados pelo Ministro do Trabalho, do mínimo de pessoas indispensáveis ao preenchimento dos claros necessários à continuidade dos serviços;

4) — imediato recolhimento, pelo Tesouro Nacional, de Cr\$ 800 milhões, que foram adiantados pela CAPFESP para cumprir obrigações daquela repartição fazendária;

5) — imediata aprovação do quadro de pessoal da Instituição e símbolos para os cargos em comissão;

6) — revisão imediata de todos os serviços e benefícios principalmente o Serviço Médico, para melhor consequente de seus padrões assistenciais;

7) — regularização das carteiras prediais pela imediata expedição das competentes promessas de venda e escrituras, que se encontram paralisadas;

8) — reabertura da carteira de empréstimos simples e imobiliário, que se encontram paralisadas por falta de verba, bem como a ulitimação de todas as operações imobiliárias, paralisadas há mais de um ano e meio, com sérios prejuízos para os segurados.

**AJUDE
VOZ OPERÁRIA
FAZENDO UMA
assinatura!**

PLEITEIAM OS TRABALHADORES DA ENERGIA ELÉTRICA:

REAJUSTAMENTO SALARIAL DE ACORDO COM O CUSTO DE VIDA

- ★ Benefícios oferecidos pelo Sindicato aos seus associados
- ★ Empossada a nova diretoria para o biênio 59-60
- ★ Moralização dos serviços da CAPFESP e outras reivindicações daqueles trabalhadores do grupo Light no D. Federal e Estado do Rio

No dia 31 de janeiro p. passado realizou-se, na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica e da Produção do Gás, a solenidade de posse da diretoria eleita para o biênio 1959-60. A presença de grande massa, que lotou completamente as dependências da sede do Sindicato, demonstra o prestígio que o Sindicato desfruta entre os seus associados, o que se deve à forma por que vem lutando em defesa dos seus interesses profissionais e aos serviços de natureza social e assistencial que lhes oferece.

BENEFÍCIOS

Abrangendo mais de 10 mil associados, trabalhadores da energia elétrica e da produção do gás do grupo Light, no Distrito Federal e Estado do Rio, o Sindicato possui sede própria e mantém os seguintes benefícios: auxílios enfermidade, funeral e maternidade (2.266 atendidos no biênio 57-58); completo serviço de assistência dentária, com 3 modernos gabinetes na sede, equipados inclusive com Raio X e mais três gabinetes localizados em Cascadura, Nilópolis, Barra do Pirai e Ilha dos Pombos, respectivamente. Nêles o total de atendimentos no biênio 57-58, foi de 21.293, segundo dados do relatório da diretoria publicado no boletim "Eletrôgás", órgão do Sindicato.

Além disso, o Sindicato mantém assistência jurídica, com quatro advogados; cursos de corte e costura (administrado pelo SESI), e de legislação trabalhista (admi-

nistrado pelo Ministério do Trabalho). Também são exibidos, na sede, filmes de longa metragem, nacionais e estrangeiros, visando proporcionar aos associados uma diversão sadia e aperfeiçoar os seus conhecimentos gerais.

GESTÃO PROVEITOSA

Nas eleições para a diretoria, realizadas em dezembro do ano passado, concorreram nada menos de quatro chapas. Entre os 6.500 eleitores, a chapa vencedora obteve mais de 3 mil votos. Essa expressiva votação evidencia o prestígio da administração anterior, de que a chapa eleita representa a continuação, pois o presidente, Argemiro Rocha Júnior, foi reconduzido ao cargo.

No biênio 57-58, sob a gestão de Argemiro Rocha, o Sindicato, sem abandonar o diálogo com os empregadores, tornou-se um órgão verdadeiramente combativo em defesa dos interesses dos trabalhadores que representa. Entrosou-se nas atividades sindicais gerais da cidade, participando de todos os conclaves de trabalhadores, contribuindo, assim, para elevar o grau de unidade do movimento operário. Teve a primazia de iniciar a campanha pela moralização dos serviços da CAPFESP, que atualmente preocupa todos os filiados dessa instituição. Além disso, a administração de Argemiro realizou notáveis melhorias no aparelhamento interno do Sindicato, proporcionando maior conforto aos associados e funcionários.

Conhecidos divisionistas procuraram impedir que os trabalhadores elegessem a chapa que melhor representava os seus interesses. Mas, inclusive a chantagem do anticomunismo, mais uma vez utilizada, fracassou, pois, diante das realizações havidas, a massa de associados não se iludiu com as manobras de tais elementos.

REAJUSTAMENTO SALARIAL DE ACORDO COM O CUSTO DE VIDA

A chapa eleita concorreu às eleições com um roteiro de reivindicações de cujo primeiro ponto consta o reajustamento dos salários levando em conta o custo de vida. Nesse sentido, dentro de alguns dias a diretoria convocará uma assembleia geral, para estudar uma nova tabela de salários a ser pleiteada. Isso é uma necessidade inadiável, pois dentre os associados do Sindicato poucos foram os beneficiados com a elevação do salário mínimo, enquanto que o custo da vida subiu para todos, indistintamente.

O pagamento da taxa de periculosidade para os trabalhadores das fábricas de gás é outro problema há muito tempo pendente e que a diretoria se empenhará em resolver. A questão já foi levada à Justiça do Trabalho, onde os trabalhadores obtiveram ganho de causa em duas instâncias: na Junta de Conciliação e Julgamento e no TRT. A Cia., porém, continua recalcitrante, não reconhecendo esse direito aos que o possuem.

PROBLEMA DA CAPFESP

Lutando ombro a ombro com as demais entidades sindicais interessadas em solucionar a difícil situação em que se encontra a CAPFESP a diretoria se propõe conseguir os seguintes objetivos:

- a) — aprovação imediata, pelo Congresso, de uma Lei que atenda aos interesses dos segurados da Caixa;
- b) — que o governo tome medidas para que a CAPFESP atenda a seus compromissos com os segurados, não permitindo atrasos nos pagamentos;
- c) — que o governo recorra às suas dívidas com a Caixa e faça a cobrança das dívidas das empresas privadas (CONCLUI NA 11ª PAGINA)

O QUE FOI DITO AO PRESIDENTE

ROBERTO MORENA

No almoço que o Presidente da República ofereceu aos trabalhadores, nas pessoas dos diretores das confederações, federações e sindicatos, foram ditas, em nome da classe trabalhadora, algumas palavras que devem merecer a maior atenção de todo o movimento sindical brasileiro. Essas palavras não encerram, como alguns desejavam, coisas novas, porque não se pode elaborar e anunciar programas e planos de trabalho todos os dias. Trata-se de uma constante reafirmação de propósitos e objetivos que vem sendo motivo para a convergência de esforços e de "unidade de ação que vem caracterizando, ultimamente, todas as lutas e reivindicações dos trabalhadores brasileiros", como acentua a Diretoria da CNTI, em uma nota circular de 30 de janeiro passado.

O que está ficando claro é que já vão passando o tempo e o hábito das organizações sindicais, principalmente as de grau superior (confederações e federações), se avistarem com os governantes, desde o mais inferior funcionário, na escala hierárquica até o Presidente da República, somente para tecer-lhes lóas e elogios e, pior, para fazer-lhes pedidos humilhantes. Pelas lutas que os trabalhadores estão desenvolvendo, pela unidade crescente do movimento operário e sindical, pela maior e mais consciente independência que as entidades sindicais vão adquirindo, mas, sobretudo, pela maior e mais clara compreensão do valor da classe trabalhadora e de sua grande missão histórica, já não é possível que dirigentes sindicais possam desempenhar o papel de simples pedinte. A classe operária exige cada vez mais uma atitude firme diante da situação econômica e política que atravessa o país e nem pode ficar relegada à eterna reclamação de reivindicações econômicas ou defender direitos adquiridos. Ela quer participar ativa e diretamente na vida administrativa do país, sem perder sua independência e sem abandonar seus propósitos finais, que é de sua emancipação total do regime de exploração desumana do homem pelo homem.

No dia 30, no Palácio das Laranjeiras, os líderes sindicais não foram ouvir o Presidente quando se comemorava o 3º aniversário de seu governo. Foram repetir-lhe palavras já ditas, que encerram um programa, que em parte ficou no papel por culpa do Poder Executivo. O discurso pronunciado pelo presidente da CNTI, em nome dos trabalhadores, denunciou a inépcia de um órgão direta-

mente ligado à Presidência, como a COFAP e suas subsidiárias nos Estados e Municípios, como a maior responsável pela alta do custo de vida e do descongelamento dos preços. Demonstrou como se levam os dólares do Brasil, sangue e suor dos brasileiros, para os países que nos exploram. Insistiu na real abertura dos portos do nosso país, que o Presidente, tímido, apavorado ou preso aos grupos econômicos internacionais, teima em não realizar. Disse com todas as letras que os trabalhadores usarão do direito constitucional de greve para fazer valer a execução dos novos níveis do salário mínimo a partir de 1º de janeiro, quando o próprio governo fracassa na imposição de medidas para fazer valer sua decisão de 24 de dezembro último. Denunciou a catástrofe da Previdência Social, de quem o Estado é o principal responsável, não cuidando da saúde, da vida futura dos que fazem a riqueza da nação. Censurou o governo e sua maioria parlamentar pela demora injustificável de terminar a regulamentação do direito de greve, pois está claro que o que pretendem é ter nas mãos um instrumento iníquo e reacionário como o decreto lei 9.070.

Isso foi dito ao Presidente. Colhido de surpresa, por que julgava, que numa mesa de banquete, as palavras amargas, o sofrimento e as promessas fossem esquecidas, só teve tempo para prometer de novo que em 48 horas daria resposta ao que foi exposto!

Não. Em 48 horas nenhum governo poderá resolver ou mesmo, dar resposta ao que foi dito, que é uma síntese do programa de luta da classe trabalhadora nesses últimos anos, programa discutido, elaborado e aprovado em todos os congressos, conferências, convenções ou reuniões intersindicais.

Elas constituem uma continuidade da unidade de ação, que tem sido sua arma, que tem dado tantos e tão benéficos frutos aos trabalhadores, que tem possibilitado a aproximação dos organismos sindicais de todos os graus e tendências.

Se o governo disse que em 48 horas responderia e tomaria medidas aos itens do discurso dos trabalhadores, cabe a eles a exigirem seu cumprimento, mas unidos e lutando, pois assim o Presidente não se esquecerá, como aconteceu desde 31 de janeiro de 1957, quando no Cate, foi entregue o Decálogo dos Trabalhadores.

VOZ OPERÁRIA

DIRETOR

Mário Alves

MATRIZ

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1.712 — Tel.: 42-7344

Administração e gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar, sala 905

ASSINATURAS

Núm. avulso 3,00

Anual 150,00

Semestral 80,00

Trimestral 60,00

Aérea ou sob registro, despesas à parte: Núm. atrasado 5,00

SUCURSAL

PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, 66

ROBERTO CAMPOS...

Conclusão da 5ª. página
 política firme de defesa de preços do café, e de controle cambial, poderia assegurar estabilidade dos preços desse principal produto da exportação brasileira. Bem ou mal, essa política vinha sendo executada pelo governo do Sr. Kubitschek, enquanto esteve no Ministério da Fazenda o Sr. José Maria Alkmin. Já no início de 58, entretanto, os rumores crescentes sobre a nomeação de Lucas Lopes — ardoroso partidário da «liberalização» do mercado cafeeiro e da política cambial do País — repercutiam desastrosamente sobre a Bolsa de Nova York. Entrava em funcionamento o esquema da baixa.

Cada centavo de dólar de baixa, por libra-peso de café, significa 1,32 dólar por saca. Considerada em relação à exportação brasileira de 1957 — 14.317 mil sacas — essa baixa de um cent. por libra-peso representa 13,5 milhões de dólares de prejuízos para o País. Para que essa perda de um cent por libra-peso fosse recuperada, seria necessário o aumento de 280 mil sacas, na exportação.

Essa tese da baixa de preços para aumentar a exportação era e é, aliás, defendida pelos últimos adeptos universais da «lei da Saz», Roberto, Lucas & Cia. «Bairrada o preço aumenta a produção», repetiam os típicos fanticos do imperialismo, quando mesmo um leigo, em economia varifada, que essa lei do regime «concorrencial» foi tornada obsoleta e invertida mesmo, pela entrada em cena do imperialismo na economia mundial.

O país toma agora conhecimento dos primeiros resultados dessa política. Aumen-

tando o preço em cruzeiros do dólar-café, abrindo o caminho da reforma, a quadrilha entreguista estimulou a baixa do preço em dólar desse produto. Em consequência, caíram verticalmente tanto o preço do café, como o número de sacas vendidas, em 1958.

Neste ano, o café começou a ser vendido ao preço de 55 cents por libra-peso; caindo continuamente, ele atingiu em dezembro a casa dos 41 cents. Considerando-se uma baixa média otimista de 7 cents., para todo o ano, encontra-se um prejuízo de cerca de 120 milhões de dólares, apenas como consequência da baixa de preços. Como o número de sacas vendidas não aumentou, e pelo contrário, caiu para 12.891 mil — 1.429 mil a menos do que em 57 — acrescenta-se portanto uma perda de cerca de 90 milhões de dólares. Somados os dois desastres, encontra-se assim um rombo provável de cerca de 200 milhões de dólares no orçamento cambial do País.

Esse é um crime pelo qual a quadrilha entreguista de Roberto Campos deverá responder um dia, perante a Nação.

«AUSTERIDADE» ENTREGUISTA:

Trata-se de uma engrenagem em pleno funcionamento, que foi posta em xeque pela Comissão Parlamentar de Inquérito, no caso particular do problema petrolífero. A política de desnacionalização da economia nacional, de reforma cambial, de esfacelamento do mercado cafeeiro, acrescenta-se, completando-as, o «Plano de Estabilização Monetária», notoriamente ditado pelos «técnicos» do Fundo Monetário Internacional, que chega a

ponto de evitar um fiscal para vigiar a execução do Plano: o Sr. L. Constanza, cuja chegada ao Rio foi noticiada em surdina pela imprensa, há poucos dias.

O Plano já foi exaustivamente estudado; não há mais dúvida sobre o seu caráter de obscurantismo entreguista. A pretexto de «austeridade», pretende-se congelar os salários dos trabalhadores, ao mesmo tempo que se aumentam os impostos diretos sobre o consumo, que mais atingem a classe trabalhadora. Multiplicam-se os privilégios ao capital estrangeiro, corta-se o crédito bancário ao capitalista nacional, alija-se o Estado da atividade econômica. É o plano da desnacionalização, do desemprego e da miséria, em favor do imperialismo.

A derrubada de Roberto Campos da presidência do BNDE será a trava que o povo enfiará nessa máquina entreguista que ameaça esmagar o País.

O Povo norte-americano...

Conclusão da 2ª. página
 ver em paz e que cada Estado, por seus próprios caminhos, alcance mais altos níveis de vida e bem-estar.

Durante esses encontros, houve troca de opiniões sobre um grande número de problemas internacionais, considerada útil de parte a parte.

Naturalmente, despertaram satisfação as opiniões do presidente Eisenhower, do vice-presidente Nixon e do Secretário de Estado Dulles de que eles desejam a paz em todo o mundo, de que querem manter boas relações com a União Soviética, não alimentam propósitos agressivos em relação ao nosso país e são partidários de amplas relações culturais e contactos em todos os níveis, como o disse especialmente, de maneira exaustiva, o presidente Eisenhower.

De minha parte, afirmei aos líderes estatais dos Estados Unidos que a União Soviética, no passado como hoje, quer a paz e a amizade com os Estados Unidos e que estamos convictos de que as boas relações entre a URSS e os EE. UU. contribuirão para o fortalecimento da paz mundial e para a criação de boas e pacíficas relações entre todos os povos.

A POLITICA MODIFICA-SE

«As conversas sobre temas semelhantes — acrescentou Mikoián — terminavam geralmente com a frase mais ou menos estandardizada de parte dos dirigentes americanos de que eles e seus aliados elaboraram uma política comum que não podem modificar e que esta política é apoiada por ambos os partidos, o Democrata e o Republicano.

Reajustamento Salarial...

Conclusão da 10ª. página

as Carteiras Prediais e de Emprésticos;

d) — tornar realidade os atuais estudos para a construção de um hospital para a CAPESP, garantindo internação para os casos clínicos. Melhoria dos serviços médicos com a descentralização dos ambulatórios, atendendo aos subúrbios;

REIVINDICAÇÕES JUNTO AO CONGRESSO NACIONAL

Sempre em unidade com as demais entidades sindicais, a diretoria se propõe lutar junto ao Congresso Nacional para que tomem medidas efetivas contra a carestia da vida e capazes de estimular o desenvolvimento econômico do país, pela extinção do imposto de renda para os assalariados, e outras reivindicações, como a regulamentação do pagamento do salário in-

salubridade, extensão a todos os trabalhadores dos mesmos direitos que gozam os funcionários públicos, etc.

Pressionar o Congresso para que na confecção de suas leis aproveite as resoluções dos conclaves intersindicais, é outro ponto programático da diretoria eleita.

MELHOR ASSISTENCIA AOS ASSOCIADOS

No capítulo referente à melhoria da assistência que o Sindicato dá aos associados figura uma série de pontos, dos quais destacamos dois. Um é o que prevê a instalação de uma delegacia do Sindicato em Barra do Pirajá, a qual deverá proporcionar o desenvolvimento da vida sindical entre cerca de meio milhão de associados no interior do Estado do Rio. Outro é o de conseguir o retorno da Colônia de Férias ao patrimônio do Sindicato, a fim de garantir o seu funcionamento, de modo a bem atender a toda a categoria profissional.

TRABALHADORES HOMENAGEIAM PRESTES

Luiz Carlos Prestes foi homenageado com um almoço pelos trabalhadores em pedreiras do Distrito Federal, no subúrbio de Realengo. Na tarde do mesmo dia, Prestes compareceu a um coquetel, também em sua homenagem, este oferecido pelos trabalhadores da construção civil.

Em ambos os atos, que transcorreram num ambiente de grande entusiasmo e camaradagem, o Cavaleiro da Esperança manteve animada palestra com os trabalhadores, sobre as suas reivindicações específicas e os problemas econômicos e políticos mais importantes do momento.

Será mais atuante...

Conclusão da 5ª. página
 terior e do papel nocivo ao desenvolvimento nacional que desempenham as Inversões de tipo colonialista, bem como os bancos estrangeiros que especulam com capitais nacionais. Sendo homem do Nordeste, o sr. Oswaldo Lima Filho debateu apaixonadamente a questão do subdesenvolvimento nordestino no quadro da economia nacional, chamando a atenção para os efeitos maléficos que atingem indistintamente toda a União, dos bruscos desníveis resultantes de um desenvolvimento econômico desigual, que transforma o Brasil numa colcha de retalhos, com pedaços ricos, pedaços pobres e pedaços verdadeiramente miseráveis.

TERRA E ELETRICIDADE

O sr. Coutinho Cavalcante, deputado na antepenúltima legislatura, eleito a 3 de outubro último, volta à Câmara. Tomando a palavra na reunião de quarta-feira, lembrou que tramita ainda hoje um projeto de sua autoria, datado de 1954, sobre a reforma agrária. Também apresentou proposições sobre o problema da exploração de nosso potencial hidrelétrico. Tanto em seus trabalhos sobre a reforma agrária quanto nos que tratam da energia elétrica, os princípios que vêm servindo de base à sua atuação se enquadram no programa da Frente Parlamentar Nacionalista.

Observou o sr. Coutinho Cavalcante que essa coincidência de pontos-de-vista em face dos problemas fundamentais do País muito o alegrava. Recordou que há bem poucos anos havia muita incompreensão em torno da atuação das pessoas que se preocupavam com certas questões transformadas em tabu. Hoje a situação mudou, tornando-se ridículas, por exemplo, as alegações de cunho antiprogressista, que até há bem pouco tempo eram feitas, como forma, consciente ou não, de entrave à ação patriótica de alguns de nossos homens públicos. Estes homens públicos, entã, eram poucos. Hoje são numerosos e as idéias que defendem encontram ressonância em setores imensos da população brasileira.

NOVOS E VELHOS

Nacionalistas novos e velhos encontraram-se na residência do sr. Roxo Loureiro. É que o pleito de 3 de outubro trouxe para o Palácio Tiradentes vários políticos ainda há bem pouco tempo empenhados, como jovens, nas lutas estudantis. No encontro nacionalista

da FPN os jovens cumprimentam efusivamente aqueles mais antigos, lutadores de campanhas memoráveis, como por exemplo a do petróleo, cujos pioneiros, quando constituíam grupo reduzido, enfrentavam em sua pregação muitas dificuldades, com substanciais e agressões a bala, prisões, perseguições vexames de toda espécie.

Mas, também em nosso Parlamento, os tempos mudaram. Quando se discutia o problema do Acórdão Militar Brasil-Estados Unidos chegou a causar perplexidade, aliás justa, o fato de que numa Câmara de trezentos e tantos deputados, cinquenta se manifestassem contra aquele odioso instrumento de política internacional. Hoje vai além de 150 o número de deputados não ocasionalmente reunidos em torno de uma luta de cunho patriótico, mas organizados numa instituição. E dos sete componentes da Mesa da Câmara, cinco são filiados à Frente.

PERSPECTIVAS

Ninguém deve fazer cálculos exagerados a propósito das possibilidades materiais de trabalho da FPN. Decerto haverá dificuldades a vencer. É verdade que o espírito organizativo em parlamentos do tipo do nosso não é dos mais perfeitos. Também é certo que os nossos deputados nacionalistas carecem de uma assessoria técnica, e mais do que isso, de condições que permitam um aprimoramento político capaz de levá-los a interpretar melhor os fatos da vida brasileira.

Contudo, não há dúvida de que no decorrer do próprio trabalho a corrente nacionalista da Câmara aperfeiçoará seus métodos de ação e reforçará seus quadros, através do surgimento de pessoas cuja capacidade e combatividade ainda não tiveram oportunidade de surgir. Muitos dos deputados antigos hoje largamente prestigiados por vastos setores da opinião pública eram totalmente desconhecidos. Tomaram-se conhecidos e prestigiados através da FPN.

COMISSÃO DIRETORA

Ficou constituída, na reunião, uma comissão composta dos srs. José Joffily, Adão Barreto, Aurélio Viana, Célio Brant, Neiva Moreira, Camilo Nogueira da Gama, Miguel Louzzi e Hélio Machado, incumbida de recolher sugestões para a reforma dos estatutos, assim como de apurar os nomes dos novos deputados desejosos de aderir à Frente Parlamentar Nacionalista.

Contribui a Indústria...

Conclusão da 1ª. página
 tunidade de mostrar também no Brasil sua experiência e capacidade para projetar e construir.

ENORMES POSSIBILIDADES

Esta indicação sumária das exportações polonesas para o Brasil mostra as enormes possibilidades que tem a indústria da Polônia de satisfazer as necessidades da economia brasileira; mostra também que o Brasil poderia exportar muita mercadoria necessária ao desenvolvimento daquele país socialista.

Apesar de tudo, deve-se salientar que o ano passado não foi dos melhores para o nosso intercâmbio com a Polónia. As modificações no sistema de financiamento do comércio exterior do Brasil e as novas tarifas aduaneiras contribuíram para isso. Este ano se observa de novo maior interesse no Brasil pelas mercadorias polonesas, o que faz crer num incremento das trocas comerciais entre os dois países.

A Polónia está muito interessada em adquirir no Brasil matérias primas para sua

indústria leve e pesada. Ela é um importante consumidor de algodão, sementes oleaginosas, café, cacau em grão, peles, minérios de ferro, e manganês. Particular incremento vem tendo a nossa exportação de sementes oleaginosas, muito procuradas naquele país.

É claro que as importações polonesas do Brasil são função de suas exportações. Por exemplo, a má colheita brasileira de algodão em 1956 determinou que a Polónia não pudesse aproveitar as divisas que havia reservado para a compra daquele produto, e a colheita mais baixa do que a prevista para o cacau, em 1957, foi a causa da queda na importação pela Polónia daquela mercadoria.

As dificuldades passageiras, porém, não podem esconder o fato de que as economias da Polónia e do Brasil se completam mutuamente, e que existem possibilidades reais, concretas, não só para manter como para aumentar consideravelmente as trocas comerciais entre os dois países.

Porque deve ser...

Conclusão da 3ª. página...
 fera nacional, traçada à base da lei 2.004:

1) — As obrigações assumidas pelo Brasil no Tratado de Roboré, que abrirão na Petrobrás a brecha desejada pelos trustes norte-americanos, tais como: a compra de 100.000 barris diários de petróleo cru, significando um desestímulo ao incremento da pesquisa e da lavra do nosso próprio petróleo; além disso, mais a importação de 5.000 barris diários de derivados, de origem das concessões brasileiras (área B) ou, não havendo produção nelas, da área «A», nas mãos de trustes americanos;

2) — A obrigação para o Brasil de construir um oleoduto e um gasoduto dessa região para o porto de Santos, importando tal empreendimento, inteiramente por conta do Brasil, inclusive pagamento de salários a engenheiros e trabalhadores bolivianos, previdência social, etc., em cerca de 400 milhões de dólares, ou mais, que terminará por sair dos orçamentos da Petrobrás;

3) — Tal como foi concebido e firmado pela delegação chefiada pelo ex-Ministro Macedo Soares o Tratado de Roboré, para a sua execução, quer sob a fórmula

O BUSTO E.....

Conclusão da 9ª. página
 cinematográficas insistem junto às artistas para que se mostrem cratinas ao máximo, em obediência à norma comercial que diz: o freguês sempre tem razão. Mansfield demonstra talento ao se fingir de tola.

Em suma: por todas essas coisas, é de reconhecer que os Estados Unidos escolhem muito bem, para mandar ao Brasil, em pleno carnaval, essa embaixadora extraordinária, representante do estilo de vida americano.

Imaginem se em lugar do Busto tivesse vindo o próprio Dulles, em corpo inteiro.

«APAGAR O ESTOPIM, RETIRAR A BOMBA»

Instalado a 27 de janeiro, encerrou-se a 5 de fevereiro o Vigéssimo-primeiro Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Na sessão de encerramento pronunciou um discurso de balanço o Primeiro Secretário do Partido, Nikita Kruschiov.

Tratando inicialmente da situação internacional, Kruschiov conclamou aos ingleses, franceses, alemães, turcos, gregos, italianos e outros povos, em cujos países se encontram bases de guerra dos Estados Unidos, a refletirem nas consequências que lhes acarretaria a aplicação dos planos militares do general McElroy para a utilização de seus territórios como rampas de foguetes dos Estados Unidos numa guerra contra a União Soviética.

Kruschiov acusou os militaristas norte-americanos de pretenderem sacrificar seus aliados e de levarem a prática uma política de mercadores de guerra.

Kruschiov afirmou que a União Soviética continuará sua luta por um acordo aceitável com os Estados Unidos, Inglaterra, França e demais países ocidentais sobre todos os problemas importantes da atualidade.

ILUSÕES DESFEITAS

Kruschiov disse que os estrategistas norte-americanos deveriam perder suas ilusões concernentes à pretensa invulnerabilidade do território dos Estados Unidos em caso de guerra. Na realidade, acrescentou, a URSS dispõe de meios necessários para atingir o agressor em qualquer ponto do globo terrestre. Quando declaramos termos organizado a produ-

ção em série de foguetes intercontinentais — afirmou o líder soviético — não visamos efeitos oratórios. Não o dizemos ameaçar a quem quer que seja, mas para deixar claro o que se impõe no que se refere à situação real. Tratando das relações entre a URSS e os Estados Unidos, o dirigente soviético registrou-se pelo fato de pertencer ao passado a tro-

ca de mensagens acerbas entre os dois países. Devemos olhar para o futuro — disse. Dispostos a tudo fazer, no que de nós depende, para reduzir a tensão internacional, estamos convencidos de que o Presidente e os demais estadistas dos Estados Unidos reconhecerão a necessidade de uma coexistência pacífica e do estabelecimento de relações concordes com tais princípios, se realmente querem a paz, como o afirmaram em suas entrevistas com Mikoián.

Kruschiov insistiu na utilidade de fomentar os contactos pessoais entre chefes de Estado, assim como o comércio e as relações culturais.

CRITICAS

Kruschiov acusou Eisenhower, Dulles e Nixon de terem pretendido, em suas últimas declarações públicas, semear suspeitas e lançar apelos à vigilância. Criticou particularmente Dulles por ter tentado, em sua entrevista à imprensa a 27 de janeiro, acusar a União Soviética de prosseguir a «guerra fria», com o suposto objetivo de reforçar suas posições e as do «comunismo internacional» quando propôs desenvolver seu comércio com os Estados Unidos.

Certos dirigentes, prosseguiu Kruschiov, querem assim reduzir a nada a melhoria registrada ultimamente nas relações soviético-americanas, especialmente depois da boa acolhida oferecida a Mikoián pelo povo dos Estados Unidos.

AS BASES MILITARES

Tratando das bases militares americanas espalhadas pelo mundo, Kruschiov disse:

— Os governantes americanos declaram frequentemente que os Estados Unidos contam com condições mais favoráveis do que a URSS no plano militar por manterem uma rede de bases na Europa e na Ásia, enquanto a União Soviética apenas disporia de uma pequena quantidade de foguetes intercontinentais.

Tenho a impressão — acrescentou Kruschiov — de que embora Eisenhower seja um general, não pertence ele ao círculo militar que, para resolver divergências, conta unicamente com os canhões. Esperamos que suas declarações relativas a seu desejo de paz se traduzam em atos concretos.

Recordando as declarações do presidente Eisenhower, a 28 de janeiro, de que estava excluída a possibilidade de uma viagem de Kruschiov aos E.E.U.U., semelhante à de Mikoián, o líder soviético disse:

— Trata-se de uma discriminação. Não tenciono pedir um visto norte-americano. Tenho muito o que fazer aqui. Mas não se trata de desejos, e sim de direitos do homem.

A seguir, o chefe do governo soviético dirigiu um convite ao Presidente dos Estados Unidos para que visite a União Soviética. Se o presidente se decidir a visitar o nosso país, acrescentou Kruschiov, terá uma acolhida calorosa por parte do governo e do povo soviético. Poderá vir acompanhado das pessoas que quiser e visitar o que quiser em nosso país. Esta visita seria indiscutivelmente de grande utilidade para os dois países e contaria com a aprovação de nossos povos. Fazemos esta proposta — frisou Kruschiov — sem insistir na necessidade de reciprocidade.

Kruschiov tratou também em seu discurso de encerramento do Congresso de um problema que inquieta particularmente os povos da Europa, a questão alemã. O dirigente soviético disse:

RETIRAR O ESTOPIM

— Queremos, antes de tudo, pôr fim à «guerra fria» e se este é o desejo de Dulles, estamos prontos a reconhecer a sua vitória nesta guerra inútil para os povos. Sede os vencedores, mas ponhamos termo à guerra fria!

Kruschiov disse estar disposto a levar em conta as observações e desejos dos Estados Unidos a respeito do Tratado de Paz com a Alemanha, proposto pela URSS, e insistiu na importância da convocação de uma conferência de paz.

O primeiro secretário do PCUS comparou a situação em Berlim ocidental a um estopim aceso sob um barril de pólvora ou uma bomba de retardamento, que poderá explodir a qualquer instante.

— Não seria melhor apagar esse estopim, retirar essa bomba? — perguntou Kruschiov. É difícil encontrar outra solução concorde com os interesses dos dois Estados alemães e que, ao mesmo tempo, não prejudique os demais países interessados. Essa solução é a transformação de Berlim em cidade-livre. Estamos dispostos — disse Kruschiov — a elaborar, com os Estados Unidos, Grã Bretanha e França, um regulamento garantindo o desenvolvimento normal das relações de Berlim ocidental com todos os



países e o livre acesso à cidade. Aceitamos a participação da ONU no controle do estatuto da cidade-livre de Berlim. Essa solução contribuiria para resolver outras questões pendentes e para garantir a segurança na Europa.

Kruschiov conclamou também o povo alemão a apoiar essa proposta. Reafirmou que se o governo da República Federal Alemã (Alemanha Ocidental) contribuir para o desenvolvimento das relações econômicas com a URSS, a China e os demais países socialistas, a nação alemã somente terá a lucrar com isso. Kruschiov declarou que a União Soviética não se opõe a eleições livres na Alemanha, com a condição de que a população dos dois Estados alemães as aceitem e que elas se realizem sem ingerência de uma terceira potência.

O PROBLEMA ATÔMICO

Referindo-se às negociações que há tempos se vêm realizando em Genebra entre representantes das potências ocidentais e da União Soviética para resolver o problema das explosões atômicas e term nucleares e seu controle internacional, Kruschiov mostrou que as potências ocidentais têm sabotado sistematicamente a conclusão de um acordo neste sentido.

Em relação ao sistema de controle das explosões proposto pelas potências ocidentais, Kruschiov disse:

— Aceitar as pretensões formuladas pelos Estados Unidos e Grã Bretanha é aceitar a instalação em nosso território de uma verdadeira rede de espionagem das potências ocidentais. Não é preciso dizer que não de-

demo admitir — acrescentou o dirigente soviético. Poderá dizer-se que se trata de uma medida recíproca — prosseguiu Kruschiov. Mas não podemos admitir que sob o pretexto de controle os ocidentais violem a soberania de nosso país. Se os Estados Unidos e a Grã Bretanha renunciarem a suas insensatas pretensões, a URSS estará disposta a criar as condições necessárias a assegurar a eficiência dos postos de controle com a participação dos países estrangeiros.

HOMENAGEM AOS NEUTROS

Em seu discurso, Kruschiov prestou especial homenagem àqueles países que não fazem parte nem do sistema socialista nem do sistema capitalista, mas que conquistaram a sua independência nacional e querem seguir seu próprio caminho.

CRITICAS AOS REVISIONISTAS

Tratando, a seguir, dos revisionistas iugoslavos, que ficaram irritados com os trabalhos do XXI Congresso do PCUS e que procuraram deturpar os fatos concernentes às relações entre a Iugoslávia e os países socialistas, Kruschiov acusou-os de contribuir para a cisão das forças revolucionárias da classe operária e de recorrerem a sórdidos métodos da provocação. Reafirmou o dirigente soviético o desejo da URSS de cooperar com a Iugoslávia no plano das relações entre Estados e expressou a convicção de que os atuais esforços da URSS levarão a instaurar na terra a sociedade mais justa e luminosa: a sociedade comunista.

Não Pagou, Parou

Preparam-se os trabalhadores para a greve do dia 17 pelo pagamento do novo salário mínimo a partir de janeiro

Intensificaram-se os preparativos para a greve nacional pelo cumprimento integral do decreto nº 45106-A, de 24 de dezembro de 1959, que estabeleceu novos níveis do salário mínimo, em vigência a partir de 1º de janeiro do corrente ano. A frente do movimento estão a CNT, a CNTC e CNTTT, as federações nacionais, e os sindicatos.

Diante da mobilização dos trabalhadores, das reclamações das organizações sindicais e, em certa medida, da fiscalização exercida pelo Ministério do Trabalho, várias empresas nos ramos industriais que declaravam que não pagariam os novos níveis de salário mínimo a partir de 1º de janeiro, já estão cedendo.

De outro lado, as Juntas de Conciliação e Julgamento, do Tribunal Federal, em número de sete, já decidiram a favor do pagamento do salário mínimo na data fixada no decreto governamental, acordando com o voto da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal.

Nos Estados também há uma grande mobilização para a greve nacional do dia 17. Em São Paulo, tanto na Capital, como no interior, estão se realizando assembleias em que vários organismos sindicais com vistas ao êxito da greve nacional. Em Minas Gerais, de acordo com a decisão do II Congresso Sindical, há intensa preparação. No Rio Grande do Sul efetuou-se uma grande reunião em que foi examinado o desenvolvimento da luta pela aplicação integral do salário mínimo. No Paraná, em Curitiba, houve uma reunião inter-sindical e uma passeata de protesto contra a alta do custo de vida. No Estado do Rio, sob a direção do Conselho Consultivo Regional da CNT, prepara-se o movimento do dia 17. No Norte e Nordeste, desenvolve-se a luta pela modificação da tabela aprovada em 24 de dezembro do ano passado, em face de serem nela fixados níveis excessivamente baixos.

Embora uma boa parte das empresas esteja pagando o novo mínimo de acordo com a decisão governamental, há ainda muitas que não querem cumpri-lo principalmente no comércio e em certas indústrias, como construção civil e têxtil.

Além disso os trabalhadores vão tomar medidas para a luta pelo reajustamento salarial já iniciada e pela contenção do custo de vida. Nesse sentido, já se manifestaram claramente ao Presidente da República, no dia 30 do mês passado.

O tema sob o qual se desenvolve o movimento dos trabalhadores pelo cumprimento integral do decreto de 24 de dezembro é: NAO PAGOU, PAROU.

UNE coordena Campanha Nacional

Contra as novas anuidades e pela demissão de Roberto Campos

Na próxima 2ª-feira, dia 16, instalar-se-á a reunião extraordinária do Conselho Nacional da UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES, convocada para a coordenação e lançamento de uma campanha nacional pela revogação das novas anuidades escolares e pela demissão da presidência do BNDE do entreguista Roberto de Oliveira Campos.

A reunião do Conselho deverão estar presentes os presidentes de todas as entidades universitárias dos Estados e Territórios, filiadas à UNE.